

**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2014**

Aos 24 dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, pelas nove horas e quarenta e dois minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais António Toledo Alves e Tânia Gil da Rocha, respetivamente 1º e 2º secretários.

**A - PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:*

**Grupo Municipal do Partido Socialista**

Ana Maria Sousa de Lima Borges • Anastácia Maria Escórcio Fins • António dos Reis Ribeiro Borba • António Gonçalves Toste Parreira • António Toledo Alves • Artur da Câmara Machado • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Emanuel de Jesus Rocha Garcia • Hélio Manuel Melo Vieira • Irina dos Santos Mendes Pimentel • Isabel Maria Diniz Berbereia • João Carlos Castro Tavares • José Eduardo Vieira Pimentel • Luís Leonel Teixeira Salvador • Manuel Henrique Assis Ferreira • Marco Paulo Vieira Alves • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Rui Manuel Pacheco Lopes • Salvador da Rocha Lopes • Tânia Gil da Rocha.

**Grupo Municipal do Partido Social democrata**

Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa • Francisco José Lopes Câmara • Francisco Manuel Leonardo dos Santos • Honorato Bettencourt Lourenço • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Manuel Conde Bettencourt • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa • Paulo Manuel Bettencourt Marques Areias • Péricles Pereira Ortins • Rita Olaio de Mendonça Andrade • Rómulo de Ficher Correia.

**Grupo Municipal do CDS-PP**

Artur Manuel Leal de Lima • Maria da Graça Amaral da Silveira • Michele Soveta Aguiar • Pedro Miguel de Borba Ferreira.

**Deputados municipais independentes**

José Cipriano de Sousa Martins.

**Câmara Municipal**

**Presidente:** José Gabriel Álamo de Meneses.

**Vereadores:** Alonso Teixeira Miguel • António Lima Cardoso Ventura • Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias • Guido de Luna da Silva Teles • José Gaspar Rosa de Lima • Raquel Gomes Caetano Ferreira.

*(A ata da sessão de 21 de fevereiro de 2014 foi aprovada por unanimidade, depois de posta à discussão e sem que se registassem quaisquer intervenções.)*

*(O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o também à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar):*

- **Atas e Minutas das deliberações das reuniões da Câmara Municipal.**
- **Da Câmara Municipal, uma proposta de deliberação que estabelece o regime de identificação dos atos normativos da Assembleia.**
- **Procedimento administrativo de liquidação da Culturangra.**
- **Cópia do protocolo celebrado entre o Ministério da Administração Interna e a Associação Nacional de Municípios.**
- **Apelo em defesa da escola pública, disponível para quem o quisesse subscrever.**

**Sr. presidente da Mesa:** – Como o senhor primeiro secretário da Mesa não pôde comparecer a esta reunião, peço ao senhor deputado António Alves que o substitua.

## **B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

*(Não se registaram quaisquer intervenções por parte do público presente.)*

## **C - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e ilustre Mesa, senhor presidente da Câmara e restante elenco camarário, senhores deputados.

Vamos começar pela situação do trânsito que me parece um bocadinho caricata mas que interessa a todos. A anterior presidente da Câmara disse que não considerava prioritária a elaboração de um estudo baseado em dados estatísticos que possibilitasse o reordenamento do trânsito na cidade e pelo menos foi coerente; como não considerou o estudo prioritário, não fez alterações.

Vejo algum dinamismo por parte do novo elenco camarário mas fico sem perceber muito bem se vão avançar à portuguesa com algumas medidazinhas avulso a ver se aquilo pega. Se pegar fica assim, se não pegar muda-se, vai-se continuando a fazer alterações e estudos, nem por um canudo porque isso é muito complicado, demora tempo e pode-se chegar a algumas conclusões técnicas que não estejam muito de acordo com a simpatia do eleitorado.

Vamos andando assim. Não sei qual a opinião do senhor presidente da Câmara sobre este assunto, se considera prioritária a elaboração de um estudo a sério que resolva mais ou menos de uma vez por todas o trânsito dentro da cidade ou se vai continuar a prosseguir com estas medidazinhas avulso.

**Sr. presidente da Câmara:** – Senhor presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, senhores membros da Câmara, minhas senhoras e meus senhores, bom dia. A Câmara tenciona fazer esse estudo que faz parte de um conjunto de procedimentos em andamento e um deles tem a ver com o Plano de Salvaguarda e Valorização da cidade. Essa matéria encontra-se em discussão pública e terá o seu epílogo muito provavelmente na sessão da Assembleia Municipal do próximo mês de junho.

Há um conjunto de iniciativas no âmbito desse documento e uma delas tem a ver com o estudo do trânsito e do estacionamento, do qual resulta uma outra matéria de grande interesse

para o município que tem a ver com o reperfilamento das ruas e a definição de pavimentos. Há ainda um conjunto de outras matérias que já constavam de estudos de trânsito anteriores que, infelizmente, não tiveram a sua consecução e estão a ser executadas com as necessárias cautelas.

Aproveito para dizer ao senhor membro da Assembleia que, independentemente dos estudos que venham a ser feitos, o trânsito não é propriamente uma matéria de esquadro e calculadora; é também uma ciência de interface entre os comportamentos e hábitos das pessoas e as regras da matemática e da física, algo que tem que ser continuamente testado.

Os estudos servem de orientação e não, de decisão, caso contrário escusaríamos de uma Câmara Municipal ou de uma Assembleia Municipal eleitas e bastar-nos-ia contratar um técnico para resolvermos o assunto. Como vivemos numa democracia, a decisão tem que ser feita com base no normal jogo das iniciativas de quem é eleito para resolver os assuntos como melhor entender sujeito à crítica pública porque foi eleito para isso.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Volto a colocar a minha habitual questão da praxe e questiono o senhor presidente se houve algum contacto por parte do Governo Regional em relação ao troço entre a escola Tomás de Borba e a canada do Celis em S. Carlos. Sei que a Câmara não é diretamente responsável por aquela estrada mas são os angrenses que nela circulam, principalmente as crianças da escola que arriscam a sua vida diariamente porque aquela via não tem passeios ou quaisquer condições de segurança.

Em vez de a Câmara aguardar que o Governo tome a iniciativa de a contactar a respeito de uma possível decisão sobre o que se vai fazer, sugerimos que seja ela própria a contactar o Governo Regional, colocando os seus técnicos à disposição para se encontrar uma solução urgente em conjunto com a Comissão de Trânsito antes que seja tarde demais e aconteça uma tragédia como, infelizmente, aconteceu ontem em Braga.

Gostaria ainda de questionar o senhor presidente se já foi tomada a decisão definitiva de se fechar a Praça Velha ao trânsito ou se será tida em conta a solução alternativa deixada aqui na última reunião da Assembleia pelo doutor Jorge Forjaz de apenas se alargar o passeio com vista a impedir que as viaturas da Câmara estacionem tapando a fachada da Câmara. Comungamos da sua opinião de que, não é a passagem de uma viatura em frente à Câmara durante 2 ou 3 segundos que retira dignidade ao edifício.

Nas palavras do doutor Jorge Forjaz, que vive e circula diariamente na cidade, o encerramento daquele troço ao trânsito poderá trazer alguns distúrbios. Como o senhor presidente disse, essa decisão será tomada por quem foi democraticamente eleito mas achamos que as opiniões de quem circula diariamente na cidade também devem ser tidas em consideração.

**Sr. presidente da Câmara:** – Começo por elogiar a parte final da sua resposta. Essa matéria será analisada no contexto das medidas que serão tomadas na sequência do Plano de Salvaguarda e dos estudos complementares necessários.

Creio que continua a ser prematura uma posição definitiva sobre essa matéria porque o principal óbice ao encerramento deste troço não é a vontade deste ou daquele; tem a ver com o trânsito que está a ser testado no entroncamento no cimo da rua do Galo com a praça e é prematuro dizer o que quer que seja porque não houve tempo nem estatísticas suficientes que permitam uma resposta definitiva.

A questão de S. Carlos é uma grande preocupação desta Câmara que tomou a iniciativa na sequência de decisões da Comissão de Trânsito do anterior mandato em oficiar as Obras Públicas sobre a matéria, manifestando ao Governo a urgência na tomada de uma decisão,

solidarizando-se e dando mais força a uma recomendação proveniente da provedoria de justiça.

A Câmara informou o Governo Regional que se revê totalmente nas considerações do senhor provedor de justiça sobre a questão e colocou à sua disposição todos os serviços e vias camarárias.

Já informei esta Assembleia que, apesar de a solução ser a ideal e acarretar alguns custos, a Câmara, através da sua Comissão de Trânsito, por contacto direto e através de um ofício meu, manifestou a disponibilidade de proceder de imediato às alterações de trânsito se o Governo Regional assim o entender. Tudo foi feito por parte da Câmara para se encontrar uma situação transitória ou soluções definitivas.

Aproveito para dizer que, no período reservado à participação do público na última reunião camarária, um dos proprietários de terrenos daquela zona veio à Câmara manifestar o seu interesse em ver resolvida a questão relacionada com o bloqueio a que estão sujeitos aqueles terrenos há anos sem fim; não é permitido construir porque se vai fazer a estrada e a estrada nunca mais é feita.

Foi proposta a essa pessoa uma reunião conjunta entre o referido proprietário, o presidente da Câmara e o Diretor Regional ou o Delegado das Obras Públicas na ilha para vermos se encontramos rapidamente uma solução porque, além das várias questões propriamente ditas, há outras relacionadas com quem possui bens sem qualquer rendimento ao longo daquela zona porque há uma reserva sem qualquer solução à vista e precisamos de encontrar rapidamente uma solução para isto.

Estou de acordo com as suas preocupações que são também as preocupações da Câmara e vamos tentar resolver o assunto junto de quem de direito, neste caso, o Governo.

**Sra. d. m. Elsa Costa:** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente de Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Volto a debruçar-me sobre a questão do amianto já que está classificada entre os poluentes de primeira categoria devido à sua toxicidade e aos seus efeitos potencialmente graves para a saúde e para o ambiente, perguntando-lhe se já se inteirou do possível levantamento referente ao ano transato das instalações, estruturas, edifícios e equipamentos públicos e privados do concelho que incorporem produtos que contenham aquele material.

Em caso negativo, quer do seu desconhecimento, quer da não existência desse levantamento, pergunto-lhe se é conivente com esta ilegalidade ressaltando que, embora a lei não obrigue à remoção de todos os produtos que contenham amianto, o Decreto Legislativo Regional 12/2009 obriga à remoção daquele material em equipamentos escolares incluindo creches, jardins-de-infância, lares de idosos, residências assistidas, equipamentos de saúde e desportivos, remoção essa que se deve iniciar no prazo máximo de 1 ano.

Concluo, questionando-o ainda se já começou a fazer diligências no sentido de se iniciar o levantamento referente a este ano já que o prazo acaba a 31 de julho.

**Sr. presidente da Câmara:** – O ano passado não foi feito um levantamento completo dos edifícios que contêm amianto. Esse levantamento será feito em relação a este ano, embora com algumas limitações, provavelmente no que diz respeito aos edifícios privados já que, percorrer todo o concelho à procura de tetos de amianto, é uma tarefa hercúlea.

Ao longo dos últimos 2 anos, uma parte substancial do teto das antigas instalações do polo da universidade dos Açores na Terra Chã foi roubado e distribuído sabe-se lá por onde, aumentando o nosso problema.

Não vale a pena transformarmos esta questão num problema assim tão grave. Se o amianto se mantiver no seu lugar, não for perfurado nem libertadas poeiras, não fará mal às pessoas por se tratar de um mineral inerte. Não querendo com isto minimizar a importância da questão, não se pense que se fica doente só de olhar para o amianto que só poderá tornar-se um problema quando for libertado em forma de poeira e respirado.

Temos conhecimento dos edifícios camarários que contêm esse material e, tanto quanto sei, foi cumprida a determinação com a remoção desses produtos dos edifícios escolares. Há algumas instalações municipais que contêm o produto, nomeadamente as oficinas e uma parte da solução passará muito provavelmente pelo abandono daquele edifício e a aquisição de um novo mais consentâneo. Essa intenção será discutida aqui hoje porque consta da alteração da revisão orçamental apresentada para análise.

A situação torna-se mais difícil no que respeita aos edifícios privados porque o amianto encontra-se disseminado um pouco por todo o concelho e não é fácil encontrá-lo. Apesar de termos conhecimento de algumas situações como é o caso de alguns bairros sociais que têm enormes quantidades de amianto, há garagens e outras coberturas com esse produto um pouco por todo o lado o que, infelizmente, fará com que o problema do amianto se mantenha durante muitos anos.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Muito boa tarde senhor presidente e digníssima Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

A minha intervenção tem a ver com as condições necessárias para um regular funcionamento desta Assembleia e refiro-me à documentação que é distribuída informaticamente para estas reuniões. Não discutindo o mérito dessa opção, penso que temos que encontrar um ponto de equilíbrio entre as reais necessidades dos deputados quando analisam essa documentação.

É verdade que todos temos preocupações ambientais além da questão económica da impressão em massa em papel mas penso que ninguém está aqui para ganhar dinheiro com a Câmara Municipal. Os deputados não devem pagar para virem a estas reuniões, tendo que imprimir cópias da referida documentação e também não me sinto à vontade nem imprimirei na minha entidade patronal porque não me parece correto.

Devemos alcançar um ponto de equilíbrio, encontrando um número razoável de cópias que possam ser distribuídas a cada bancada municipal. Este poderá ser um tema a discutir na conferência de líderes ou incluído numa das próximas ordens de trabalhos desta Assembleia se assim o entenderem.

**Sr. presidente da Câmara:** – Penso que essa é uma questão do foro da Assembleia e não deve ser a Câmara a decidi-la; no entanto, já o disse na conferência de líderes e volto a comunicar-vos que a Câmara Municipal tem impressoras disponíveis. Se os senhores deputados precisarem de imprimir alguma coisa é com todo o gosto que disponibilizamos os serviços camarários para o efeito.

**Sr. presidente da Mesa:** – Na última conferência de líderes foi dito aos representantes de todos os grupos parlamentares que todos os senhores deputados que pretendam os documentos em papel terão a possibilidade de os imprimir; todavia, entendo que é demasiado curto o prazo que a lei prevê para que a documentação chegue às mãos dos senhores deputados. Houve uma melhoria porque apenas 2 documentos foram a uma reunião da Câmara na segunda-feira e os restantes estavam disponíveis por via eletrónica.

Vamos ajustando isto à medida que formos encontrando algumas lacunas. Se for esse o entendimento, no dia da conferência de líderes cada grupo parlamentar poderá dispor da documentação em papel para que a possa trabalhar com os restantes elementos da bancada na reunião preparatória.

Estamos abertos a sugestões mas recordo que se pretende racionalizar ao máximo, evitando gastos desnecessários através do desperdício de papel que acaba por ficar em cima da mesa sem ser lido. Se algum dos senhores deputados pretender obter algum documento pode dirigir-se aos serviços da Câmara que lhes fornecerão as cópias necessárias.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Pretendo colocar neste período Antes da Ordem do Dia algumas questões sem qualquer aspereza.

Senhor presidente, obtive informações de que se suspeita que a Câmara Municipal estará disposta a autorizar à empresa que gere os parquímetros de Angra, a colocação de parquímetros no cerrado do Bailão. Gostaria de saber se confirma este boato que vai preocupando os comerciantes do centro da cidade.

Obtive também a informação de alguns campistas e caravanistas dos Salgueiros, (se é que lhe podemos chamar parque de campismo), que a Câmara Municipal terá solicitado a sua saída; gostaria de saber se isto é verdade e porquê.

Na sequência de uma discussão que tivemos na última sessão da Assembleia Municipal relativamente à poupança nos custos de energia elétrica da iluminação pública do concelho, visto que, em pleno século XXI, estamos às escuras nas freguesias durante algumas horas do dia, gostaria de saber quanto a Câmara poupou na fatura da EDA desde fevereiro passado.

Pergunto-lhe ainda onde termina a obra do saneamento básico da Ladeira Branca porque tive a oportunidade de falar com alguns moradores, houve quem me dissesse que termina num sítio e quem referisse possuir informações disponibilizadas pela Câmara de que termina noutro local. É importante esclarecer onde, afinal, termina esta obra.

A população mais idosa tem-se queixado que a paragem dos autocarros no novo hospital da ilha Terceira fica um pouco fora de mão e torna-se desagradável fazer aquele percurso adicional em dias de chuva ou vento. Sei que não tem diretamente a ver com o assunto mas pergunto ao senhor presidente se a Câmara poderá exercer alguma influência junto de quem tem essas competências para que os autocarros que servem aquele hospital, possam deslocar-se até à rotunda lá mais acima, deixando as pessoas mais perto da porta principal e do serviço de urgências.

Há 2 meses questioneei o senhor presidente a respeito da decoração de extraordinário mau gosto de uma loja de compra e venda de ouro na rua de S. João com uma espécie de PVC de cores berrantes preso com parafusos à fachada do edifício, o que não se compreende em plena cidade classificada de património mundial pela UNESCO. O senhor convidou-me a consultar os serviços da Câmara referentes a violações dos regulamentos sobre publicidade mas eu dispensei o convite porque entendo não ser necessário.

Como todos sabemos há um conjunto de condicionalismos impostos aos empresários e moradores do centro histórico relativamente às cores com que podem ou devem pintar as fachadas dos seus prédios e este caso de escandaloso mau gosto, que fere o património edificado classificado como património mundial, continua por resolver.

**Sr. presidente da Câmara:** – Não sei se essa questão do cerrado do Bailão não tem um enquadramento um bocadinho maior; é que havia a notícia certa e segura que eu estava de partida para Bruxelas, agora não sei se corre a notícia também certa e segura que estou de partida para S. Rafael mas digo ao senhor deputado que não estou de partida para lado nenhum e mais não digo sobre essa questão.

O que se passa em relação aos Salgueiros é que se foi criando um acampamento ilegal com residentes permanentes em instalações abarracadas, constituindo já uma espécie de bairro clandestino de difícil resolução. Tivemos que arranjar casas para as pessoas que lá viviam,

inclusivamente com crianças, conseguindo-se um entendimento com a Junta de Freguesia de S. Sebastião no sentido de se criar uma gestão mais adequada daquele espaço.

Acampar ali não significa ir viver para lá. Foram instaladas casas definitivas com a ocupação de um espaço público de maio a setembro e a Câmara, no exercício das suas funções, resolveu intervir para evitar que o mal crescesse e aquela zona se transformasse num segundo bairro da lata.

Foi feito um trabalho notável com muito esforço dos serviços de habitação da Câmara em colaboração com a Junta de Freguesia de S. Sebastião e estamos a caminho de encontrar uma solução adequada para aquele espaço de lazer e estacionamento.

Quem quiser acampar tem um parque de campismo na Salga a 1 quilómetro de distância. Aquele lugar serve para se fazer um piquenique, passar um fim de tarde com a família ou estacionar um carro quando se vai a banhos.

Quanto à fatura da eletricidade, infelizmente as reduções são praticamente nulas porque o aumento do valor da energia comeu totalmente os ganhos com a redução. As faturas entram com 1 mês de atraso em relação às leituras, ainda não chegaram as leituras de março e apenas temos algumas referentes a fevereiro.

Vamos ter que continuar este processo, fazendo o que se faz em qualquer país desenvolvido e civilizado poupando na eletricidade, eliminando e apagando o que for possível. Esse trabalho está a ser feito com grande profissionalismo pelos serviços camarários e pelos funcionários da EDA, freguesia a freguesia, convergindo sobre a zona de Angra que é a mais difícil e onde essas alterações decorrerão ao longo do próximo mês.

No que respeita à sua questão sobre a Ladeira Branca, não sei o que isso significa porque a obra terminará onde estava previsto e contratado, junto à canada do Rádio Clube de Angra. Alterou-se a forma como os trabalhos estavam a ser feitos, evitando uma abertura indiscriminada de valas como aconteceu no passado, abrindo e fechando rapidamente os troços.

Terminou agora o troço mais próximo do caminho velho e está a ser aberto o troço da canada da Luciana e o chamado Bairro Novo; quando esse estiver pronto abrir-se-á o troço final desde o entroncamento do Bairro Novo até à canada do Rádio Clube de Angra onde terminará a obra. Sempre esteve assim previsto e assim se fará.

Em relação à paragem dos autocarros junto do novo hospital, provavelmente terá ouvido também o boato que a Câmara terá reunido com a administração do hospital, com os taxistas e com a EVT no sentido de se encontrar uma solução adequada e que a administração do hospital e os seus serviços técnicos vieram à Câmara no sentido de se coordenar a instalação da paragem.

Está-se à espera da autorização da empresa gestora daquele espaço para se fazerem algumas alterações estruturais nos passeios e ao nível da sinalização para que os autocarros possam parar junto à porta do hospital, o que não é possível no momento dada a maneira como aquele espaço está delimitado.

Houve acordo entre todas as partes interessadas, espero que se possa deslocar a paragem do autocarro para o local onde atualmente estão os táxis e seja possível deslocá-los para junto da porta do edifício.

Quanto à loja do ouro, está a decorrer um processo de contraordenação para a remoção coerciva. Infelizmente a lei proporciona demasiadas garantias, permitindo prazos demasiado longos para as pessoas se defenderem. No entanto a situação ficará resolvida um dia destes, tão rapidamente como a questão dos *outdoors* que se encontravam junto ao Fanal; ainda o

senhor deputado não tinha acabado de falar na última sessão da Assembleia e eles já lá não estavam.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Cumprimento o senhor presidente da Mesa, o senhor presidente da Câmara e respetivo executivo e os senhores deputados municipais.

Achei interessante e fiquei um pouco admirada com a afirmação do senhor presidente a respeito do trânsito de Angra não se estudar com régua e esquadro porque existe uma engenharia de trânsito e outra de tráfego que estudam exatamente essas dinâmicas de fluxo de carros, pessoas e interações.

Não havendo esse estudo, gostaria de saber como é que já foram implementadas algumas alterações ao trânsito junto à escola Jerónimo de Andrade que, segundo parece, tem causado imensos transtornos aos pais que vão deixar e buscar os filhos à escola. Gostaria de saber também em que contexto de teste se baseia essa alteração e qual o seu objetivo.

O senhor presidente da Câmara referiu que a sua posição já não é tão definitiva em relação ao encerramento da Praça Velha mas, há relativamente pouco tempo, em reunião de executivo, a sua posição foi bem mais perentória no sentido de que a Praça Velha seria fechada.

Estes testes de alteração de trânsito vão no sentido de se viabilizar o encerramento da Praça, caso contrário, não tenho conhecimento de outros constrangimentos anteriores que obrigassem a esta alteração.

**Sr. presidente da Câmara:** – Como lhe disse e creio que é do conhecimento desta Assembleia, existe um estudo de trânsito que, embora um pouco desatualizado é o que está em vigor e apontava para um conjunto de soluções que, nalguns casos têm vindo a ser operacionalizadas. O trânsito, tal como muitas engenharias, não se traça a régua e esquadro porque tem a ver com os hábitos das pessoas.

A senhora deputada referiu que houve alguns protestos em relação àquele caso mas também houve imensos elogios e procurou-se resolver 2 problemas simultaneamente. Aquela alteração tinha sido feita devido ao acesso de autocarros da EVT àquele espaço que já não se faz. Era proibido ir além do semáforo e a proibição manteve-se desnecessariamente porque os autocarros já não passam ali.

A outra questão que era preciso resolver tem a ver com a obrigação de descer a rua da Conceição para voltar a subir a rua do Galo, criando ali um trânsito em contra corrente, o que não faz qualquer sentido; resolveu-se o assunto desta maneira repondo o trânsito na sua intenção primitiva.

Quem vier do lado leste da ilha tem a possibilidade de entrar junto à rotunda dos touros e voltar para baixo ou para cima e quem vier do outro lado tem a possibilidade de fazer o percurso clássico subindo a rua do Galo, passar junto ao liceu e voltar para o centro da cidade ou seguir para a Guarita. Tudo isto tem a ver com pura racionalidade. Cada vez que se muda qualquer coisa nos hábitos das pessoas elas reagem a qualquer alteração mas acabam por se habituar passado algum tempo.

Neste processo houve apenas um grupo de pessoas prejudicadas, os moradores do troço final da rua do Cruzeiro porque, na primeira fase desta alteração, se viessem do lado da Guarita para irem para casa tinham que dar a volta à Praça Velha porque havia um sinal na praça Sousa Júnior que os impedia de voltarem à esquerda; o sinal já foi removido e esses moradores podem dar a volta ao quarteirão na direção do costume sem qualquer dificuldade.

Nesta altura não há ninguém que tenha ficado mais longe do que quer que seja. Evitámos a vinda do trânsito cá abaixo e os respetivos impactos e resolvemos o problema da facilidade de acesso ao liceu. Mais não fizemos do que repor uma situação respeitante às duas alterações



efetuadas, uma foi o fecho da rua diante do liceu e a outra, quando se quis que os autocarros escolares circulassem lá por dentro.

Peço a palavra para ser usada pelo senhor vereador Guido Teles a respeito de um voto aprovado por unanimidade na última reunião de Câmara que representa a vontade de todos os vereadores da Câmara, independentemente dos seus partidos.

**Sr. vereador Guido Teles:** – Obrigado pela palavra, senhor presidente. Cumprimento o senhor presidente da Mesa, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores e os senhores deputados municipais.

Na reunião da Câmara Municipal do dia 21 foi apresentado e aprovado por unanimidade um voto de congratulação ao Sport Clube Angrense pela conquista da liga MEO Açores nesta época 2013/2014. Vou dar conhecimento à Assembleia desse voto de congratulação.

*«O Sport Clube Angrense foi fundado a 1 de dezembro de 1929. Ao longo dos anos alcançou momentos de glória, passando também por um período de algumas dificuldades que foram superadas graças ao esforço e dedicação dos seus dirigentes, colaboradores e associados.*

*Na época 1931/1932 conquistou pela primeira vez o título de campeão distrital de Angra do Heroísmo e foi a primeira equipa da ilha Terceira a conquistar o torneio açoriano na época 1936/1937. Nessa altura é admitido como filial Nº 46 do Sport Lisboa e Benfica para, em 1965, passar a Delegação Nº 3, estatuto que mantém até hoje.*

*O Angrense afirmou-se como um dos mais destacados clubes dos Açores nos anos 30 a 50 com a conquista de 8 campeonatos distritais, 3 títulos de campeão dos Açores e 1 título de campeão insular. No entanto, é no final da década de 50, mais precisamente na época 1959/1960 que atinge o ponto mais alto do seu palmarés com a conquista dos títulos de campeão distrital, campeão açoriano e campeão insular.*

*O dia 3 de maio de 1960 ficará gravado para sempre na memória dos angrenses com as águias da rua de S. João a vencerem o Marítimo da Madeira por duas bolas a uma e, 3 dias mais tarde, empatar a zero, conquistando por mérito próprio, o título de campeão insular e apurando pela primeira vez uma equipa dos Açores para participar na Taça de Portugal. Deslocou-se uma enorme multidão ao campo de jogos de Angra do Heroísmo para assistir àquelas que seriam as partidas que viriam a culminar numa época de ouro.*

*Em agosto de 1967 parte para uma digressão ao Canadá, tornando-se no primeiro clube da região a visitar as comunidades açorianas radicadas naquele país. Durante a digressão realizou diversos jogos defrontando o Olympiacos, campeão da Grécia, na época anterior; ainda que particularmente, fez assim a sua estreia em jogos internacionais.*

*O Angrense também se destacou nas provas de ilha, regionais e nacionais nas modalidades de Andebol, Atletismo, Basquetebol, Box, Ciclismo, Hóquei em Patins, Natação, Ténis de Mesa e Voleibol.*

*Na formação, para além de desenvolver um excelente trabalho, o clube também presta um serviço à comunidade ao envolver nas suas escolas, muitas crianças e jovens, proporcionando condições para a ocupação dos seus tempos livres e contribuindo ainda para a prevenção da marginalidade e delinquência.*

*Com 8 décadas de história, para além de outros troféus conquistados, o Sport Clube Angrense conta, no seu palmarés, com 1 título de campeão insular, 7 títulos de campeão dos Açores, 16 títulos de campeão distrital e 2 títulos de campeão da 3ª Divisão Nacional Série Açores.*

*A 1 de dezembro de cada um dos anos de 1954, 1979 e 2004 o Sport Clube Angrense comemorou respetivamente as suas bodas de prata, ouro e diamante, tendo como presidente*

da direção à época, o Major Miguel Cristóvão de Araújo, Laurentino da Silva Rocha e João Barcelos como membros da direção.

Por último, a 16 de março passado numa tarde de domingo, o Sport Club Angrense venceu o primeiro Campeonato dos Açores de futebol, a Liga MEO Açores que vem substituir esta época a Série Açores da 3ª Divisão Nacional, ganhando assim o direito de disputar na próxima época, o Campeonato Nacional de Seniores, a antiga 2ª Divisão.»

Este voto foi submetido a apreciação na última reunião de Câmara e aprovado por unanimidade. Suponho que o senhor presidente e os senhores líderes dos grupos municipais não se importarão de apreciar e votar estes 2 votos em conjunto aquando a discussão do Ponto 3.2 já que têm idêntico objeto.

**Sr. vereador Alonso Miguel:** – Senhor presidente da Mesa, Exma. Câmara, senhores deputados, bom dia. É com muito gosto que os vereadores do CDS-PP e do PSD se associaram e subscrevem este voto de máxima pertinência.

**Sr. presidente da Mesa:** – Não vejo qualquer inconveniente para que a Mesa assuma este voto e procederemos à sua votação na altura própria.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Senhor presidente, também vou ter que me repetir em relação ao trânsito. Em hora de ponta junto aos semáforos da Guarita os autocarros ficam completamente bloqueados e não conseguem passar quando o sinal está verde. Acho interessante a sua lógica de não querer que as pessoas que estão lá em cima venham cá abaixo mas obriga os que estão cá em baixo a irem lá acima.

Já agora, o senhor tanto fala desse estudo de trânsito que começo a achar que é um estudo fantasma porque ninguém até hoje teve acesso aos seus resultados; se os puder facultar à Assembleia, nós agradecemos.

Também acho interessante que a sua avaliação dos testes ao trânsito seja feita com risquinhos; bem me parecia que esses estudos, de científico, tinham muito pouco.

**Sr. d. m. Péricles Ortins:** – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores deputados municipais.

A minha intervenção está relacionada com os ficheiros em *file server*. Concordando com as observações que foram feitas, na minha opinião é uma boa iniciativa porque permite 2 vantagens importantes: a possibilidade de disponibilizar mais cedo os documentos via *download* no site e a transformação num arquivo digital como foi referido na conferência de líderes; contudo, penso que poderá haver algumas melhorias e para isso tenho 2 sugestões muito rápidas que lhe posso enviar posteriormente por correio eletrónico se o senhor presidente da Assembleia assim o entender.

Os documentos poderiam ser ordenados de acordo com a Ordem do Dia à medida que a mesma fosse aprovada porque nos facilitaria encontrar o documento no respetivo ponto; para tal penso que basta colocar a numeração no início do ficheiro.

A segunda sugestão tem a ver com o peso dos ficheiros em termos informáticos. Nalguns sítios o *download* leva algum tempo além de ocupar algum espaço nos computadores de cada um de nós. É uma questão de tentar não digitalizar os documentos físicos, utilizando o original do documento digital o que simplifica e reduz significativamente o tamanho do ficheiro.

**Sr. presidente da Mesa:** – Tomarei como boa a sua observação na medida em que continuo a considerar-me um info-excluído e essas coisas são complicadas para mim mas sei que o senhor deputado é um homem versado nessa matéria. Tudo o que for para melhorar a informação será feito em boa hora.

## D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

#### **1.1 – Informação do senhor presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 22 de fevereiro a 24 de abril bem como, informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para apreciação.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Vou chamar a atenção para o que considero mais importante neste relatório da atividade municipal. Finalmente conseguiu-se pôr em bom andamento todas as obras que dizem respeito ao Porto Judeu e S. Sebastião, cumprindo os calendários estabelecidos e ultrapassando as dificuldades que apontei na última sessão da Assembleia.

Neste período de atividade municipal conseguiu-se a aprovação de mais um dos projetos que estavam submetidos ao período suplementar do atual quadro comunitário, foi também aprovado o financiamento do Posto Santo, o que nos facilita bastante a vida e conseguiu-se alguma ordem na obra da Ladeira Branca que apresentara alguns problemas, levando a que este último troço do Caminho Velho corresse significativamente melhor.

Iniciou-se também uma obra muito importante da responsabilidade dos Serviços Municipalizados relacionada com a reformulação do reservatório e rede de distribuição de água na Terra Chã, obra essa que está a decorrer de acordo com o programado e sem qualquer dificuldade e foi possível retomar o ritmo da obra da Casa do Chá do jardim que esteve parada alguns anos, encontra-se na fase final da sua conclusão e provavelmente estará pronta por volta das festas Sanjoaninas.

Embora não seja da responsabilidade da autarquia, a Câmara tem colocado um grande empenho na obra do litoral da cidade em torno da baía. Já agora, aproveito para tentar esclarecer algumas frustrações que por aí acontecem e que poderão estar relacionadas com alguma impotência política.

A obra é da responsabilidade da «Portos dos Açores S. A.» e teve também grandes dificuldades relacionadas com o respetivo empreiteiro; a Câmara tem prestado toda a colaboração possível no sentido de resolver o assunto mas a obra não ficará pronta até às Sanjoaninas como gostaríamos.

O troço em direção ao castelo não ficará pronto mas há uma razoável expectativa de finalização do troço no sentido do Porto das Pipas, permitindo uma melhor fluidez no escoamento do trânsito durante as festas. A conclusão deste troço resolverá mais uma alteração de trânsito pendente, proporcionando outra qualidade ao litoral de Angra e permitindo outra fruição do espaço, principalmente para quem gosta de circular a pé. Quando ambos os troços estiverem concluídos teremos um percurso relativamente longo que começa no Castelinho e termina na zona do Fanal.

Voltando a falar de obras e atividades municipais, ao longo deste período foi também possível reabrir com sucesso o Teatro Angrense, obtendo o seu licenciamento provisório por 6 meses que, neste momento, está a ser transformado em definitivo e vamos iniciar os procedimentos de licenciamento do Centro Cultural para que ambas as casas autárquicas de espetáculos fiquem com a sua situação legal completamente esclarecida.

Foi também possível chegar a um acordo e contratualização com a empresa que fará o tratamento térmico das térmitas que permitirá aos angrenses alguma escolha em termos do que poderão fazer nas suas casas neste verão com vista à resolução daquele problema de

infestação. Esta era uma questão antiga que originou muitas discussões mas creio que agora ficará definitivamente resolvida.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Na página 51 deste relatório da informação do senhor presidente da Câmara é feita referência a um processo de loteamento dos terrenos da Praça de Touros, Tertúlia e Posto de Gasolina. Pode ser ignorância minha, que assumirei, mas gostaria que o senhor presidente esclarecesse o que está em causa neste processo de loteamento na zona da Conceição, S. Bento.

Na página 6 é referido que prosseguem os trabalhos da empreitada de construção da nova escola de Santa Bárbara; todavia, haveremos de discutir mais à frente uma segunda revisão ao orçamento e às GOP's de onde é retirada uma verba de 211 763 euros precisamente da escola de Santa Bárbara. Afinal, ficamos em quê? No prosseguimento dos trabalhos da empreitada de construção ou na retirada de verba para não se fazer a obra?

**Sr. presidente da Câmara:** – O parque de estacionamento da Praça de Touros, a Tertúlia, a bomba de gasolina adjacente e a própria praça estão construídos em terreno municipal único que nunca foi loteado, o que levantava grandes problemas no que toca a compromissos assumidos por executivos camarários anteriores há mais de uma década, nomeadamente a cedência a título definitivo à respetiva empresa do terreno onde se encontra instalada a praça de touros, para que a mesma nela pudesse levar por diante alguns investimentos. Este era um problema que se arrastava há demasiados anos e o loteamento encontra-se na fase de consulta pública obrigatório antes do registo.

Todo aquele terreno foi dividido em 5 lotes: o parque de estacionamento e os espaços adjacentes, a praça de touros, a Tertúlia e a bomba de combustível para que cada um possa ter um destino autónomo, seja em termos de cedência, de venda, arrendamento ou outro uso que a Câmara lhes queira dar. Este é um processo de enorme relevância para a Câmara e uma questão emblemática com cerca de 20 anos que ficará resolvida nas próximas semanas.

Infelizmente a escola de Santa Bárbara não vai custar 240 nem 250 mil euros; custará quase 2 milhões de euros e como a obra se iniciou mais tarde, não em janeiro, o cronograma indica que essa verba será desnecessária porque a obra não se concluirá 31 de dezembro, prolongando-se até março, o que significa que os últimos autos recairão no ano que vem.

A boa gestão do dinheiro público obriga a que assim se faça e não vale a pena inscrevermos dinheiro para obras quando sabemos não ficarão concluídas no ano em causa. Fique descansado porque a obra ficará pronta, faço questão de a inaugurar e poderei convidar o senhor deputado.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Senhor presidente, gostaria que me informasse o cronograma da obra, ou seja, em que ponto está o processo da construção da nova escola de Santa Bárbara.

**Sr. presidente da Câmara:** – A obra tem neste momento um atraso de 4 meses em relação ao que seria desejável e esperamos que algum desse atraso seja recuperado durante o verão. Houve outras dificuldades inerentes ao inverno relacionadas com a falta de drenagem de água naquele espaço porque a escola está a ser construída numa zona baixa sujeita a inundações e parte desse atraso deveu-se também a dificuldades da empresa responsável pela empreitada que, espero, tenham sido ultrapassadas com as medidas contratuais que foram tomadas para que a empresa recorresse a um mecanismo que lhe permitisse adiantar as coisas.

Se tudo correr bem estimamos recuperar parte do tempo para que a obra fique pronta na próxima primavera e seja inaugurada no ano letivo, em setembro. Não gosto de assumir compromissos por terceiros mas há uma forte possibilidade de isto falhar e o futuro da obra tem razoáveis incertezas. A Câmara tudo fará para que as coisas corram bem mas creio que nem o próprio dono da empresa poderá dar essas garantias.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Há momentos o senhor presidente da Câmara fez uma breve e sofisticada alusão a umas frustrações que terão sido expostas publicamente por um município; esse município sou eu, agradeço a picardia mas queria deixar muito claro que as frustrações do Manel são suas, foram assinadas e consta o nome completo no jornal.

O senhor presidente da Câmara andava de calções quando algumas dessas frustrações sucederam e não são um ataque, nem tão pouco uma crítica direta a esta vereação ou às anteriores. Trata-se de uma crítica transversal desde a década de 50 à atualidade que procurou expressar a opinião de um município. Não sei se o senhor presidente fica mal disposto com as opiniões dos municípios; se fica, paciência porque esta é uma questão democrática.

*Não se registaram mais intervenções. A informação do senhor presidente da Câmara relativa à atividade municipal foi apreciada.*

**1.2 - Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2013, para apreciação e votação nos termos da alínea l), n.º 2, artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001 de 18 de Agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados, com exceção do número 23 “Subsídios Obtidos” – não aplicável; 24 “Ativos de Rendimento Fixo” – não aplicável; 25 “Ativos de Rendimento Variável” – não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” – não aplicável.**

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:

**Fluxos financeiros:**

- **Saldo da gerência anterior:** 1 229 620,39 € (um milhão duzentos e vinte e nove mil seiscentos e vinte euros e trinta e nove cêntimos).
- **Receitas orçamentais:** 17 380 228,59 € (dezassete milhões trezentos e oitenta mil duzentos e vinte e oito euros e cinquenta e nove cêntimos).
- **Despesas orçamentais:** 15 323 235,09 € (quinze milhões trezentos e vinte e três mil duzentos e trinta e cinco euros e nove cêntimos).
- **Saldo para a gerência seguinte:** 3 286 613,89 € (três milhões duzentos e oitenta e seis mil seiscentos e treze euros e oitenta e nove cêntimos).

**Demonstração dos resultados do exercício:**

- **Custos e perdas:** 16 014 011,72 € (dezasseis milhões catorze mil onze euros e setenta e dois cêntimos).
- **Proveitos e ganhos:** 18 227 149,84 € (dezoito milhões duzentos e vinte e sete mil cento e quarenta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos).
- **Resultado líquido do exercício:** 2 213 138,12 € (dois milhões duzentos e treze mil cento e trinta e oito euros e doze cêntimos).

**Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:**

- **571 – Reservas legais:** 111 000,00 € (cento e onze mil euros).
- **574 – Reservas livres:** 2 102 138,12 € (dois milhões cento e dois mil cento e trinta e oito euros e doze cêntimos).

**Sr. presidente da Câmara:** – Embora comum, a situação deste ano não é a normal porque esta equipa que se encontra na gestão da Câmara de Angra, quer seja da posição ou da oposição, apenas foi responsável pela gestão de 2 meses e pouco da conta do ano passado que tem aspetos bons e maus.

Começo pelo aspeto bom que confirma a saúde financeira da autarquia. Não temos uma situação calamitosa de dívida como acontece com outras autarquias e podemos ficar gratos a quem nos antecedeu porque não nos deixou qualquer herança pesada que possamos recriminar. Há uma redução líquida do endividamento e uma situação financeira que permitiu a esta equipa resolver alguns problemas antigos relacionados com compromissos com os arrelvamentos, questões remanescentes das Sanjoaninas e outras que tais.

Felizmente, no fim do ano passado foi possível encerrar um conjunto de dossiês que não precisam de voltar a assombrar o futuro da autarquia, um aspeto excelente da conta que temos aqui hoje.

Quanto ao aspeto mau, a conta espelha uma execução medíocre do que deveriam ter sido os investimentos camarários. Há uma execução extraordinária e anormalmente baixa, o que não é bom, mas serviu para potenciar a outra questão. Não há bela sem senão e a verdade é que a situação financeira ficou muito bem mas a execução foi muito má.

Temos também uma situação equilibrada no que diz respeito às despesas com pessoal que é gravíssima noutras autarquias da região e do país. Apesar de ainda não espelhar totalmente nessa conta a integração da CULTURANGRA, as nossas despesas com pessoal encontram-se dentro do razoável. A Câmara tem uma situação equilibrada, teve uma má execução e não há nada de notável na conta que está em condições de ser aprovada.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Fico surpreendido e percebo quando o senhor presidente nos diz que estas contas nos deixam numa situação financeira interessante, porque, se eu deixasse de comer, pouparia imenso dinheiro mas sofreria consequências graves; é um pouco como este orçamento se apresenta.

Como o senhor, também provenho de uma freguesia rural e há um ditado que diz que o dono da vaca é também o dono do bezerro. Compreendo as suas relutâncias mas o senhor não se pode desresponsabilizar inteiramente deste orçamento porque foi efetuado por presidências do PS.

Esta execução orçamental caracteriza-se essencialmente por 3 grandes factos: como referiu, pela baixíssima execução financeira, pelo sufoco financeiro das juntas de freguesia que viram os seus orçamentos cortados em 16% e pela forma campeã e leonina como esta Câmara aumenta a coleta de multas e penalidades. Uma das rubricas que se destaca na execução financeira da Câmara é o facto de o município ter conseguido atingir 160% de execução nesta rubrica através de multas e penalidades.

Estamos perante uma Câmara que executa apenas 23,7% do investimento. Poderíamos dizer que se trata de uma questão de mau planeamento e que teria havido sobrevalorização ao nível da orçamentação inicial, mas não é só isso porque, daquilo que a Câmara cabimentou já numa fase posterior, apenas realizou 55%, ou seja, pouco mais de metade; não bastava ter planeado mal, ainda executou mal.

Temos outras rubricas como «reabilitação e arruamentos» com uma execução de 44,7%, «edifícios e escolas» com 22,3% e quando chegamos às juntas de freguesia vemos que foram reduzidos valores de 54 660 euros, o que corresponde a um corte de 16% no valor do normal funcionamento das juntas.

Este valor pode parecer bastante elevado mas não o é para a Câmara que acabou o ano com mais de 3 milhões de euros depositados no banco e recebeu 150 mil euros em aplicações de

títulos do tesouro, o triplo do valor que seria necessário para não cortar qualquer verba às juntas porque 1 euro nas mãos de qualquer presidente de junta de freguesia faz milagres.

A decisão de pôr as freguesias a pão e água foi meramente política e não, financeira. Uma Câmara que possui mais de 3 milhões de euros no banco e recebe 150 mil euros de juros não tem qualquer justificação para cortar 54 000 euros às juntas de freguesia.

Enquanto não realizava obra, que poderia ter tido um impacto positivo na economia com a manutenção e criação de postos de trabalho, nomeadamente na construção civil, a Câmara gastou mais de 70 000 euros em fiscalização e consegue crescer a rúbrica de multas e penalidades em 213%; está na página 21 para quem quiser consultar.

É certo que a lei é para se cumprir e que as autarquias devem cobrar pela utilização dos bens públicos que gerem mas isso deve ser feito de uma forma moderada e moderadora, por isso não é de estranhar que as pessoas digam que é cada vez mais difícil viver e manter um negócio em Angra.

Por termos uma Câmara que não executa os investimentos, asfixia financeiramente as juntas de freguesia e se especializa na aplicação de multas e penalidades, dizemos que este é um mau orçamento.

**Sr. presidente da Câmara:** – Digo ao senhor deputado que é com gosto que esta Câmara compra esse bezerro com o qual estamos muito satisfeitos porque é de boa raça e tem um elevadíssimo potencial de crescimento.

A sua intervenção é um pouco estranha quando vinda de um partido da oposição. O senhor está a esquecer que o ano passado foi um ano eleitoral, faria todo o sentido que se tivesse gasto mais dinheiro mas, se isso tivesse sido feito, o senhor estaria hoje aqui a dizer que teria havido eleitoralismo, se teria dado mais dinheiro às juntas e mais não sei o quê.

O senhor deputado está a destruir um discurso que o seu partido já ensaiou aqui 1 vez ou 2 em relação ao ano passado em que a Câmara não teve uma posição eleitoralista e fez a gestão que entendeu fazer.

Também lhe quero dizer que, ter uma transição de saldo desta natureza não significa ter esse dinheiro em banco porque, infelizmente, muitas obras estão financiadas a 85% e se não se fez o investimento, não se recebeu o dinheiro; isto não é assim tão simples porque uma boa parte deste dinheiro só existe se a obra for feita.

Uma parte dos aumentos de multas e penalidades resultou de alterações legislativas. A Câmara teve esse aumento de receitas porque o Governo da República resolveu aumentar brutalmente essas multas e penalidades, e nem esta nem a Câmara anterior tiveram uma palavra a dizer.

No mandato passado houve, de facto, uma autêntica paralisia que não deveria ter acontecido em termos de investimentos; não estou aqui para discutir as causas porque não estava cá mas outros cá estiveram e podem dizer o que aconteceu.

Estamos aqui a fazer uma autópsia; o ano passado terminou, o orçamento teve execução, encerrou e acho que o futuro é que é importante. Esta conta potencia que possamos ter melhor execução este ano mas, infelizmente, tenho que lhe dizer que não será possível uma boa execução porque a Câmara tem uma excessiva dependência do exterior na aprovação de fundos comunitários, uma questão essencial que tem demorado mais tempo do que o necessário porque estamos num ano de transição entre quadros e há um conjunto de exigências extremamente complicadas do ponto de vista da contratação pública que levam a enormes atrasos no arranque das obras.

Há dificuldades e gostaria de avisar desde já os senhores membros da Assembleia Municipal que, apesar de não se prever tão mau como o ano passado, este também não será um excelente ano de execução. Não esperemos milagres porque, num ano, não se passa de uma Câmara parada para outra em plena velocidade. Antevejo um conjunto de paralisias muito difíceis de ultrapassar que terão um peso grande na execução do corrente ano.

A alimentação financeira das juntas de freguesia é da responsabilidade do Estado, cabendo à Câmara apenas cooperar, já que não se constituem em dependências da Câmara; são eleitas democrática e autonomamente, possuem o seu orçamento e a sua gestão e a Câmara colabora com muito gosto mas essa não é uma questão que deve ser aqui assacada.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Ia fazer uma intervenção muito elaborada mas o senhor presidente da Câmara com a sua intervenção quase desmontou os nossos argumentos. Nunca questioneei a sua eficiência e acredito que os angrenses saibam escolher...

**Sr. presidente da Câmara:** – Foi pena não ter dito isso antes das eleições porque agora é um pouco tarde.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Não me compete fazer campanha por si porque acredito nos meus candidatos mas isso não interessa agora e é com esta Câmara que tenho que trabalhar.

**Sr. presidente da Câmara:** – Este caso é um risquinho dos compridos; gostei desta.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Tomei algumas notas relativamente a alguns erros que encontrei no documento. Julgo que há um erro na página 24 porque no quadro é referida uma taxa de execução de receita estrutural de 92,5% mas o texto refere que é superior a 100%.

**Sr. presidente da Câmara:** – Também tenho alguma dificuldade em explicar esses valores. A verdade é que este documento passou pelos auditores e profissionais desta área mas colocarei a dúvida a quem de direito.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Na página 32 do documento, o «Gráfico 05 – Aquisição de Bens de Investimento - Estrutura» refere os anos 2011 e 2012 mas julgo que deverão constar 2012 e 2013.

**Sr. presidente da Câmara:** – Aí poderá haver um erro.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Na página 39, o «Quadro 26 – Saldo da Gerência» não contém a coluna referente a 2013.

**Sr. presidente da Câmara:** – Neste caso está certo porque isto serve para compararmos os valores anteriores. Se reparar no fim, o valor corresponde a 2012 e a comparação aparece na outra página.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – A partir da página 90 na identificação dos vários contratos e dos procedimentos efetuados pela Câmara, gostaria de questionar alguns procedimentos identificados como ajuste direto simplificado visto que são superiores a 5 000 euros, nomeadamente a elaboração do projeto do Teatro Angrense, a atuação do grupo Diabo na Cruz, o contrato de arrendamento de prédio urbano sito na avenida Álvaro Martins Homem e outras adjudicações que deveriam constar como ajuste direto apenas.

**Sr. presidente da Câmara:** – Nalguns casos é simplificado e noutros não, porque a lei prevê várias exceções como a atuação de um grupo artístico.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – O código de contratos públicos prevê ajustes diretos simplificados para aquisições até aos 5 000 euros porque basta uma fatura e não é necessário um contrato.

**Sr. presidente da Câmara:** – Informaram-me agora que os ajustes diretos simplificados vão até aos 15 000 euros.



**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Posto isto não vale a pena fazer grandes alegações sobre a receita e a despesa porque isso já foi mais do que exposto pelo senhor presidente e pelo meu colega Francisco Câmara mas chamo a atenção para a explicação que o senhor presidente deu ao meu colega de bancada de que o saldo de gerência não significa propriamente dinheiro em conta, porque há investimentos que recebem financiamentos comunitários; isso seria verdade se os investimentos tivessem sido realizados.

Se a Câmara Municipal não fez os investimentos, não submeteu pedidos de pagamento ao PROCONVERGÊNCIA, não tem dinheiro a haver dos fundos comunitários e o dinheiro existe.

**Sr. presidente da Câmara:** – Existe mas não fisicamente; no entanto isso não é desculpa porque a Câmara não executou e não vale a pena bater mais no ceguinho.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Se não executou, não há dinheiros a haver de fundos comunitários e não há dívida por parte da Direção Regional de Fundos Estruturais.

Em jeito de conclusão, nos últimos anos tem havido planos e orçamentos com execuções vergonhosas sempre inferiores a 30%. Como o meu colega de bancada referiu, lembro que esta Câmara é governada pelo Partido Socialista há quase 20 anos. Independentemente de mudarem os protagonistas, a forma de atuar tem-se mantido.

**Sr. presidente da Câmara:** – Fui verificar e há execuções antigas extraordinárias, algumas excessivas até.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Para bem do concelho e dos seus munícipes esperamos que esta mudança de protagonistas inicie um novo ciclo e se mude também a forma de fazer política. Espero que os investimentos prometidos em campanha que deram a vitória a esta equipa sejam realizados em prol do desenvolvimento do concelho de forma eficaz, rentabilizando os recursos existentes sem desperdícios nem favorecimentos, colocando os angrenses e o concelho em primeiro lugar.

Preocupa-me um pouco que, em abril, o senhor presidente esteja a anunciar uma má execução, o que quer dizer que o orçamento...

**Sr. presidente da Câmara:** – Não é o orçamento; são as dificuldades da vida.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Há aqui uma incongruência de discurso que gostava que o senhor presidente esclarecesse porque diz que a Câmara está muito bem financeiramente.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Se me permitem a graça, o senhor presidente da Câmara já comprou 2 bezerras; o do ano passado e o do seu primeiro ano de mandato...

**Sr. presidente da Câmara:** – Esse, não comprei; já é produção própria.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – É bom que os angrenses saibam que verão nas páginas dos jornais desta terra, no próximo ano, apenas intenções do senhor presidente da Câmara e da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Independentemente de qualquer compra ou herança de bezerras, à partida, os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal referentes a 2013 padecem de um problema de sobre orçamentação e baixas taxas de execução para o qual o CDS-PP tem chamado a atenção ao longo dos últimos anos. Se não executou também não se endividou e fica com uma boa situação financeira sem execução que de pouco ou nada serve aos angrenses numa altura em que vivemos a crise económica, financeira e social que todos conhecemos.

Independentemente do facto de o senhor presidente da Câmara entender que se está a bater no ceguinho, estamos a falar de uma análise política que também tem que ser feita a estes documentos que apresentam taxas de execução inadequadas em tempos de crise.

É nestas alturas que as entidades públicas devem ter capacidade de resposta para poderem alavancar a economia e a sociedade e o que vemos aqui são execuções demasiado baixas, nalguns casos de 20% ou de 0% no Plano Plurianual de Investimentos.

No objetivo da segurança e das ações sociais há 0% de execução. Houve 27% na habitação e nos serviços coletivos e 2,2% nos serviços culturais, recreativos e religiosos, etc. São execuções muito más que provam a forma como a Câmara tem sido gerida.

O senhor presidente decidiu comprar o bezerro mas não custa nada recordar que, apesar de o executivo socialista da anterior Câmara Municipal não ter tido maioria, nunca quem tinha minoria inviabilizou qualquer documento de execução e gestão desta Câmara.

Sabemos de antemão que esta prestação de contas apenas contém uma pequena parte da gestão do atual executivo municipal socialista e não lhe podem ser assacadas grandes responsabilidades mas há que ser assacada responsabilidade ao denominador comum destas execuções que se chama Partido Socialista que governa esta Câmara desde 1995.

Estas taxas de execução, as de 2012 e as anteriores justificam-se também e essencialmente pelo facto de o Partido Socialista ter andado a brincar às entradas e saídas no último mandato com presidentes de Câmara, vereadores, presidentes dos SMAH, da CULTURANGRA, etc.

Senhor presidente; o senhor não tem responsabilidades nestas execuções mas tem-nas o seu partido que ganhou as eleições para a Câmara Municipal de Angra.

**Sr. presidente da Câmara:** – O bezerro é meu.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Com ou sem bezerro, o Partido Socialista governa há 17 anos e fez o que fez no último mandato; fica saliente esta nota política.

Temos ouvido que as festas Sanjoaninas do ano passado correram bem com um saldo equilibrado e na página 59 deste documento existe um quadro que diz que o resultado final das festas de 2013 foi de mais de meio milhão de euros negativos, o que não deixa de ser estranho, sendo certo que já cá estão os subsídios à Tertúlia e os custos totais da Câmara Municipal. Este gráfico não corresponde ao que foi tornado público relativamente à gestão das Sanjoaninas 2013 e gostaria de pedir um esclarecimento ao senhor presidente da Câmara a esse respeito.

**Sr. presidente da Câmara:** – As festas Sanjoaninas são realizadas com uma componente de financiamento direto gerido pela comissão e que foi apresentado de forma detalhada ao executivo municipal e trazido aqui para conhecimento; a outra parte é indiretamente subsidiada pela Câmara através dos recursos camarários afetos à festa como os trabalhadores, materiais e outras aquisições feitas por outra via.

A gestão direta da comissão de festas foi feita de forma equilibrada e aqui apresentada; a gestão indireta também foi feita de forma equilibrada mas comporta custos que devem ser conhecidos. Não significa que deu esse prejuízo; a Câmara investiu esse dinheiro e como nada é feito de graça, se queremos manter este modelo de Sanjoaninas, o investimento é esse.

É bom que os angrenses e em particular os membros desta Assembleia saibam a verdade e esse é um aspeto importante da Câmara. O que aí está é pura e simplesmente uma manifestação do que eu acho que deve ser a transparência total das contas da Câmara.

Estão aí todos os valores do que se gastou nas festas. A comissão do ano passado fez uma boa gestão e um trabalho notável mas as festas não custam apenas o que a Assembleia Municipal aprova como imputação e subsídio direto; houve custos de eletricidade, limpeza das ruas, montagem e desmontagem de estruturas, transportes, etc. A comissão fez um excelente trabalho e o custo da festa foi esse.

**Sra. vereadora Catarina Matias:** – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e elenco camarário, senhores deputados. É só para dar uma achega a respeito das Sanjoaninas 2013 e dizer-vos que o saldo da comissão de festas foi positivo.

Para além dos custos com funcionários, referido pelo senhor presidente da Câmara, também tivemos cá o programa «5 para a meia-noite» da RTP 1 que não estava enquadrado no programa das festas e trouxe um custo agravado à autarquia. Penso que foi um erro crasso trazer cá esse programa porque envolveu o transporte de muitas pessoas, imensa segurança e equipamento e fez com que as pessoas não se deslocassem até ao cerrado do Bailão.

Este foi um erro megalómano da própria autarquia que prejudicou a comissão de festas e os próprios tasqueiros do cerrado do Bailão que se comprometeram a pagar o aluguer das respetivas tascas mas, como se sentiram prejudicados financeiramente, alegam que não devem pagar o aluguer das tascas referente às Sanjoaninas 2013.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Felicito o senhor presidente da Câmara por explicar aqui o que não se fazia em executivos anteriores. Nos tempos dos *superavit* estes custos operacionais da Câmara Municipal no apoio às Sanjoaninas não eram explicados e ainda bem que temos acesso aos dados reais da comparticipação ou investimento da Câmara na realização das festas da cidade.

Senhor presidente, com o devido respeito, qualquer cidadão ou jornalista que tenha acesso a este documento e olhe para este gráfico, não vê em lado nenhum que a comissão das festas Sanjoaninas do ano passado fez um trabalho positivo.

Vemos aqui que os custos totais foram de 816 000 euros e há receitas totais de 315 000, o que implica um saldo negativo de mais de meio milhão de euros. Se o objetivo é esclarecer os números, parte desses números estão esclarecidos mas, quem pegar nisto, pode acusar as pessoas que colaboraram com as Sanjoaninas do ano passado, nomeadamente ao nível da comissão, por terem apresentado um resultado que é um descalabro. Sugiro que tente clarificar isto um pouco melhor.

Se dizem que as Sanjoaninas estão equilibradas, como é que aparece aqui um saldo negativo? Quem ler este documento vê que as festas obtiveram um prejuízo de mais de meio milhão de euros e não seria má ideia introduzir mais dois parágrafos ou uma legenda no documento a explicar o que o senhor presidente da Câmara disse para que não haja mais mal entendidos.

**Sr. presidente da Câmara:** – Quero reforçar o que disse há pouco e fazer minhas as palavras da senhora vereadora Catarina Matias. Em todas as Sanjoaninas, (e as do ano passado não terão sido exceção), há um conjunto de atividades que fogem claramente ao controlo da comissão que fez um excelente trabalho conforme demonstram os números que foram presentes a esta Assembleia e noticiados publicamente.

A leitura do senhor deputado não me parece a mais adequada porque, o que aí está é um saldo de um centro de custos e não há nenhuma dívida das Sanjoaninas que têm todas as contas pagas. Há que espelhar totalmente os custos da autarquia e o que vemos aqui é apenas uma análise de centro de custos. Assim foi feito pelos auditores da autarquia e o gráfico está correto. Não deve ser inferido que haja um défice desse valor porque não há. Houve dinheiro da autarquia que foi gasto aí e a maior parte desse valor foi gasto em rubricas como despesa corrente, salário dos trabalhadores municipais, etc.

Pela honorabilidade das pessoas, volto a frisar que não houve nenhum défice ou excesso de gastos nem a comissão das Sanjoaninas resolveu aumentar ou diminuir o salário dos trabalhadores da autarquia que deve ser grata a quem a serve.

Quem trabalhou na comissão das festas o ano passado fez um excelente trabalho. Há contratos cujo valor não deve ser revelado mas os valores que foram distribuídos de forma sumária a todos os senhores membros desta Assembleia provam que não há nada de errado.

O jardim, que é um centro de custo que dá imenso prejuízo, não está aí referido mas deveria estar porque tem um défice de mais de 200 000 euros que tem a ver com consumos de água e energia. Foi a empresa auditora que decidiu quais os centros de custos que deveriam ser colocados no documento para que a conta espelhasse a verdade. Nos próximos anos tentarei pautar a minha atividade por ir espelhando na conta todos os centros de custos cujo conhecimento seja relevante para a boa gestão da causa pública.

Lembro que a questão do parque habitacional também tem um défice gigantesco e a recolha de resíduos e o tratamento de efluentes acarreta consumos enormes e tudo faremos para que estas e outras questões sejam conhecidas.

Em meu nome e em nome do executivo quero cumprimentar a comissão das Sanjoaninas pelo seu trabalho porque merecem todo o nosso respeito e consideração e o agradecimento desta Câmara.

**Sr. presidente da Mesa:** – Permitam-me que também torne público o meu apreço pelo senhor presidente da comissão de festas cessante, doutor Ricardo Matias porque tive o prazer de o acompanhar às comunidades emigrantes nos Estados Unidos e Canadá e verificar que ele não se deslocou numa mera visita de cortesia; foi oferecer condições para que pudéssemos ter nas nossas festas um maior número de emigrantes do que nos anos anteriores, viajando de forma mais económica e com melhores condições.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Há pouco esqueci-me de mencionar uma questão que também me chamou a atenção relativa às receitas liquidadas e não cobradas de cerca de 550 000 euros no último ano, nomeadamente: 398 000 euros de habitação social, 80 000 euros de rendas da zona industrial, 25 000 euros referentes a mercados e feiras e 11 000 euros de serviços desportivos. Gostaria de saber que diligências a Câmara irá tomar para tentar cobrar estas receitas ou a que penalizações estarão sujeitos os incumpridores.

Peço ainda uma palavrinha ao senhor presidente relativamente ao que disse no início da sua intervenção sobre a saudável situação financeira da Câmara que, segundo referiu, contrastará com a execução do orçamento que se prevê aquém do esperado. Gostaria que me explicasse como é que a Câmara está bem financeiramente e não tenciona executar o plano a que se propôs.

**Sr. presidente da Câmara:** – No que toca às cobranças, apenas estão aí espelhados os valores que ainda não prescreveram. A Câmara está a tentar cobrar o máximo possível mas a proposta de novo regulamento para a área da habitação tenta dar uma resposta cabal a esse problema crónico. A recordista é uma senhora que não paga a renda há 12 anos e não pensem que se trata de uma pobre porque tem uma profissão e ganha razoavelmente bem.

Tudo isto demonstra a situação em que nos encontramos, estamos a recorrer a todos os mecanismos legais para cobrar estes valores mas há casos de dívidas incobráveis porque as pessoas já faleceram, não sabemos do seu paradeiro ou porque simplesmente não têm nada.

Tem-se vindo a criar aqui alterações estruturais porque deixámos de fazer concessões de espaços; fizemos arrendamentos para podermos usar a lei comum das rendas e para que não se repitam as histórias das concessões que não se pagam. Não sei se repararam mas os últimos espaços foram arrendados e não concedidos e vamos alterar o regulamento de habitação para resolvermos esses problemas de forma eficaz.

Quanto à situação financeira da Câmara e às taxas de execução, saiba que o facto de ter dinheiro não é condição suficiente para uma boa execução. Por vezes, não é por insuficiência

financeira nem por suborçamentação que a execução não acontece mas porque os empreiteiros não têm capacidade e os concursos não decorrem com a devida celeridade devido a problemas legais ou falhas dos nossos próprios serviços.

O que quis dizer é que não é tarefa fácil transitar uma Câmara com uma execução estagnada para uma taxa de execução de 100%. É com esse realismo que faço esta declaração. Da minha parte haverá todo o empenhamento para que essa execução atinja os 100% mas tenho experiência suficiente para reconhecer obstáculos que são enormes neste caso.

*Não se registando mais intervenções, após votação, os Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2013 foram aprovados por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 do d. m. independente) e 8 votos contra (5 do PSD e 3 do CDS-PP).*

### **1.3 – Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes ao exercício de 2013, para apreciação e votação nos termos da alínea I), n.º 2, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, apresentando os seguintes resultados:**

#### **Demonstração dos Resultados do Exercício:**

- **Custos e Perdas:** 7 830 001,69 € (sete milhões, oitocentos e trinta mil e um euros e sessenta e nove cêntimos).
- **Proveitos e Ganhos:** 7 525 920,10 € (sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, novecentos e vinte euros e dez cêntimos).
- **Resultado Líquido do Exercício:** -304 081,59 € (menos trezentos e quatro mil, oitenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos).

#### **Fluxos Financeiros:**

- **Saldo da gerência anterior:** 595 896,90 € (quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos e noventa e seis euros e noventa cêntimos).
- **Recebimentos:** 7 118 203,13 € (sete milhões, cento e dezoito mil, duzentos e três euros e treze cêntimos).
- **Pagamentos:** 6 571 947,51 € (seis milhões, quinhentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos).
- **Saldo para a gerência seguinte:** 1 142 152,52 € (um milhão, cento e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), discriminada como se segue:
  - a) **Execução orçamental:** 1 092 073,73 € (um milhão, noventa e dois mil, setenta e três euros e setenta e três cêntimos).
  - a) **Operações de Tesouraria:** 38 691,18 € (trinta e oito mil, seiscentos e noventa e um euros e dezoito cêntimos).
  - b) **Contas de Ordem:** 11 387,61 € (onze mil, trezentos e oitenta e sete euros e sessenta e um cêntimos).

**De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, no Relatório de Gestão é proposto que o resultado líquido do exercício de 2013 no valor negativo de 304 081,59 €, seja transferido na totalidade para a conta 59 “resultados transitados”.**

**Os Documentos de Prestação de Contas foram organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da Resolução n.º 4/2001 de 18 de agosto, alterada**

**pela Resolução n.º 26/2013 de 21 de novembro e ser-lhe-ão remetidos, nos termos do n.º 4 das considerações técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e do n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Em muitos aspetos a situação dos Serviços Municipalizados é muito semelhante à da Câmara e também não é má. O resultado líquido negativo deve-se essencialmente a amortizações porque os SMAH continuam a ter que manter na sua contabilidade a amortização de todo o investimento que foi feito no aterro intermunicipal porque ainda não foi possível chegar a uma solução razoável para transitar esses ativos para a TERAMB.

As dificuldades prendem-se essencialmente com a necessidade de uma operação simétrica em relação à Praia da Vitória, porque a TERAMB é propriedade dos municípios de Angra e Praia em 60 e 40% respetivamente e a transferência de ativos tem que manter esta proporcionalidade.

Já se encontraram algumas pistas de solução para este problema e espero que seja possível resolvê-lo definitivamente ao longo deste ano mas não é fácil porque não depende apenas da Câmara de Angra; temos os nossos ativos prontos a serem transferidos mas é preciso que a Praia faça a mesma coisa de forma adequada para não se alterar a proporção do capital da empresa.

Se não for possível chegar-se a uma conclusão razoável de transferência simétrica de ativos teremos que fazer uma alteração à própria estrutura do capital da empresa e a Câmara de Angra ficará com uma percentagem maior da respetiva propriedade. Isto explica essencialmente os resultados líquidos negativos, mas há outras questões que se tornam importantes trazer à colação; uma tem a ver com uma inscrição de mais de uma centena de milhar de euros em custos ou perdas extraordinárias relativos à correção contabilística de uma conta que andava nos SMAH desde os anos 90 e que agora fica finalmente resolvida. Na altura houve um problema relacionado com a inscrição de valores de IVA que tiveram que ser devidamente corrigidos.

Há outra questão relevante que tem a ver com o facto de os SMAH estarem a ficar com uma estrutura de custos e proveitos progressivamente degradada porque é apenas a água que os sustenta no momento. Os custos com a gestão de resíduos e com o tratamento de efluentes são enormes e não têm nenhuma contrapartida razoável. Os Serviços Municipalizados vendem basicamente água e com esse dinheiro pagam as outras despesas, o que implica a necessidade de uma alteração estrutural.

Já foi anunciada a intenção de alterar a tarifa dos resíduos, não no sentido de aumentar os custos, mas de criar uma tarifa diferente na modalidade PAYT (Pay As You Throw) em que cada um paga em função dos resíduos que produz, que não é relevante para nós enquanto consumidores domésticos, mas é-o para os consumidores industriais que são uma parte importante deste problema.

A outra questão tem a ver com a revisão da estrutura de tratamento de efluentes do concelho que é insuportavelmente cara com bombagens repetidas; os efluentes começam a ser bombados no Fanal, voltam a sê-lo no Pátio da Alfândega e são bombeados mais uma vez, o que acarreta custos energéticos gigantescos.

O aumento do custo da energia ao longo do último ano devido à alteração do IVA de 4 para 18% e o aumento de cerca de 10% do custo da própria energia refletem-se gravemente em tudo isto.

Apesar de estarmos ainda numa boa situação é preciso introduzir medidas corretivas nos Serviços Municipalizados ao longo deste ano, caso contrário, ao longo dos próximos anos,

teremos uma degradação da situação financeira daquele serviço que é uma parte essencial desta autarquia.

A execução também foi miseravelmente baixa por razões múltiplas muito semelhantes às da Câmara. A verdade é que ninguém pode estar satisfeito com o que aconteceu mas, para evitar a discussão bovina, informo desde já que o bezerro é meu.

**Sra. d. m. Graça Silveira:** – Imagino que os custos de tratamento de efluentes no município de Angra sejam excessivamente elevados e seria interessante conhecermos a eficiência da ETAR que temos a funcionar neste momento.

Se retirarmos o montante de efluente proveniente da PRONICOL, a que a Câmara exige um nível de qualidade elevadíssimo e que na prática funciona para diluir a carga orgânica dos efluentes municipais, esses efluentes tornar-se-iam mais elevados.

Em relação ao orçamento em si, volto a lembrar que o executivo de novo eleito é igualmente socialista. Quando, em assembleias municipais anteriores, alertámos por várias vezes que os orçamentos eram artificialmente empolados, o PS criticou-nos sistematicamente por fazermos esse alerta, acusando-nos até de força de bloqueio mas, infelizmente, este relatório vem dar razão ao que sempre dissemos. Apresentam-se orçamentos irrealistas que não são exequíveis com taxas de execução financeira muitíssimo baixas como o senhor presidente da Câmara acabou de assumir porque não tem outra alternativa.

Este orçamento de 2013 tem uma agravante cuja execução estava praticamente dependente de 2 obras: uma obra grande que representava 2/3 do orçamento, (e estou a falar do saneamento básico da Ladeira Branca), e a obra do reservatório de água da Terra Chã que estava concessionada em mais de metade do outro terço.

Gostaria de saber porque é que a obra do saneamento básico da Ladeira Branca, que tinha o seu início previsto para janeiro de 2013, só se iniciou em julho e agradecia que o senhor presidente me poupasse a metáforas sórdidas como a questão da autópsia porque, se não é da sua responsabilidade, a partir do momento em que herdou essa obra deveria ter-se inteirado do que se passou ou está a passar-se.

No que respeita ao reservatório de água da Terra Chã, só foram concessionadas as empreitadas em dezembro de 2013 quando a obra deveria ter sido concluída nesse ano, o que reduziu a taxa de execução a zero. Como a outra obra colocava a execução nos trinta e tal por cento, o total da execução financeira deste orçamento só poderia ser baixíssimo, uma vez que estava completamente ancorado nestas 2 obras.

Quando, em devido tempo, o CDS-PP denunciou que o orçamento para 2013 era claramente um orçamento de transição de mandato que estava completamente esvaziado de conteúdo, estava uma vez mais muito próximo da verdade.

**Sr. presidente da Câmara:** – O resultado da execução mostra que o orçamento não estava esvaziado de conteúdo; houve sim, uma baixa execução. Se tivéssemos feito as obras e não houvesse dinheiro para pagar teria havido a famosa suborçamentação. Creio que não há mais nada a dizer porque as explicações da minha cara colega resolvem-se a si próprias e a resposta está nas suas próprias palavras.

Quanto ao reservatório da Terra Chã, creio que o atraso não foi de um ano porque fizemos arrancar a obra cerca de 1 mês depois do previsto sem dificuldades de maior e não sei se a obra do saneamento da Ladeira Branca, que representava a fatia do leão da execução, terá começado propositadamente mais tarde para prejudicar as perspetivas eleitorais do PS ou a minha candidatura em particular; obviamente, não foi o que aconteceu e não vale a pena irmos por esses caminhos fantasiosos. Houve um conjunto de dificuldades que fizeram com

que a obra arrancasse apenas nessa altura porque está a ser executada por uma empresa com dificuldades.

Quando queremos preservar emprego e tecido económico, não me parece que seja razoável que esta autarquia se transforme numa perseguidora dos empreiteiros sob pena de agravarmos ainda mais o problema. Tem vindo a ser feito um trabalho sério de colaboração entre a Câmara, o respetivo empreiteiro e os Serviços Municipalizados no sentido de que a obra avance o melhor possível.

No que me diz respeito, desde outubro para cá, orgulho-me do trabalho feito depois de momentos muito difíceis, particularmente após as chuvadas de dezembro e janeiro que envolveram a necessidade de mobilizar muitos trabalhadores desta Câmara e dos Serviços Municipalizados que acabaram por fazer o trabalho que o empreiteiro deveria ter feito.

A obra da Ladeira Branca ganhou ritmo e os troços críticos estão executados. Estamos a iniciar neste momento o troço da canada da Luciana e do Bairro Novo e quando estiver concluído iniciaremos o troço final até à canada do Rádio Clube de Angra.

Tudo tem sido feito de forma muito responsável e proporcional por quem tem os trabalhos a seu cargo mas quando se tem um plano que assenta apenas em 1 ou 2 obras, basta uma falha qualquer para que tudo corra mal e foi o que aconteceu. Houve um bom orçamento e uma má execução.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Como foi aqui referido a execução é de apenas 37,8% o que demonstra que nem os Serviços Municipalizados conseguem fugir a estes problemas de execução...

**Sr. presidente da Câmara:** – Já fugiram; estão muito longe.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – O senhor presidente tem que perder esse hábito de dialogar connosco porque perdemos o raciocínio...

**Sr. presidente da Câmara:** – É esse o objetivo.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Eu não me perco mas é incomodativo estar a ser constantemente interrompida quando estou a falar.

Em relação ao grosso deste orçamento, que é a parte da água e saneamento com um peso de 85% na estrutura de investimento dos SMAH, em 2013 a execução foi muito baixa e não teve a ver com 1 ou 2 obras; dos 11 investimentos previstos, 5 tiveram 0% de execução e das restantes 6 obras 4 tiveram uma execução abaixo dos 50%, o que significa uma execução vergonhosa do Plano e Orçamento dos SMAH.

Uma outra questão que me chamou a atenção e que demonstra a realidade da situação social do nosso município é o quadro constante da página 35, relativo aos serviços geridos pela secção comercial. Comparando 2010 com 2013, podemos ver uma diminuição de 68% de pedidos de execução de ramais de água, o que demonstra uma quebra no setor da construção civil que é do conhecimento de todos.

Mais preocupante ainda é quando reparamos nos 1 119 cortes por falta de pagamento em 2013 que aumentaram 128% em relação a 2010 e 80% em relação a 2012. Apesar da situação financeira da Câmara, tudo isto revela que as pessoas vivem com dificuldades, não conseguem honrar os seus compromissos e esta realidade preocupa-nos. Estou a falar do que respeita aos Serviços Municipalizados mas isto é extrapolado à situação real que se vive em todo o concelho.

**Sr. presidente da Câmara:** – Creio que pouco mais haverá a dizer sobre esta matéria. É essa a leitura em relação aos cortes de água que poderá ter sido uma operação eleitoralista para colocar bem a Câmara; não deve ter sido, com certeza.



*Não havendo mais intervenções, postos à votação, os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes ao exercício de 2013 foram aprovados por maioria com 29 votos a favor (24 do PS, 4 do PSD e 1 do d. m. independente) e 9 votos contra (5 do PSD e 4 do CDS-PP).*

**1.4 – Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais desta Câmara Municipal referente ao ano de 2013, cujo total é de 108 345 595,72 € (cento e oito milhões trezentos e quarenta e cinco mil quinhentos e noventa e cinco euros e setenta e dois cêntimos), para apreciação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea l), n.º 2, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Este valor corresponde ao cumprimento de uma obrigação legal e é calculado com o que a lei determina. Estamos perante uma situação patrimonial que, mesmo calculada de acordo com as normas que não são propriamente os preços de mercado, espelha bem uma Câmara com uma situação patrimonial sólida; as contas estão bem e recomendam-se.

*Sem mais intervenções, o inventário foi considerado apreciado.*

**1.5 – Segunda Revisão ao Orçamento e GOP's de 2014, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do ponto 8.3 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro) e em conformidade com o disposto na alínea a), n.º 1, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Face à transição de saldo, é agora possível concluir a dotação do orçamento apresentado no passado mês de Dezembro, com a estrutura que permitiria receber a previsível transição de saldo.

É importante que a Assembleia tome conhecimento de uma alteração em relação ao planeado que tem a ver com o financiamento dos pacotes de estradas. Estava previsto que o seu financiamento fosse feito através de fundos comunitários mas como não foi ainda possível a aprovação desses fundos dado o período de transição entre quadros, para que não haja atrasos, vamos colocar esse pacote como financiamento municipal para que se possa iniciar nas próximas semanas.

Esta é a única alteração em relação ao que disse em dezembro e creio que tudo o resto está dentro do previsto e determinado.

*Não se registando mais intervenções, após votação, a Segunda Revisão ao Orçamento e GOP's de 2014 constante do Ponto 1.5 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (24 do PS, 4 do PSD e 1 do d. m. independente) e 9 votos contra (5 do PSD e 4 do CDS-PP).*

**Sr. d. m. Pedro Ferreira** (para uma declaração de voto): – Como é de todos conhecido, os grupos municipais do CDS-PP e do PSD consideram que o orçamento aprovado na reunião de Câmara de 6 de dezembro de 2013 e na Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2013 não cumprem com todos os preceitos legais e constitucionais estabelecidos.

O referido orçamento não cumpre com o Estatuto do Direito de Oposição e, como já fizemos em sede de aprovação e GOP's e em sede de alteração a estes documentos, voltaremos a apresentar uma Declaração de Voto de Vencido subscrita pelos 2 grupos municipais, justificando este voto contra.

**1.6 – Alteração do Regulamento Municipal de Teleassistência, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sra. vereadora Catarina Matias:** – Como tiveram acesso à documentação e puderam decerto verificar, procedeu-se a uma alteração ao artigo 3º onde se fala sobre os beneficiários. Aumentámos de 500 para 550 euros *per capita*, no caso de beneficiários que residam sós, e aumentámos o valor para 430 euros nos casos de coabitação depois de deduzidas as despesas de saúde e habitação porque, nas avaliações da comissão de análise do serviço de teleassistência, tínhamos reparado que o valor de muitos dos idosos que pretendiam adquirir o aparelho rondava os 502 ou 503 euros. Houve assim uma intenção camarária para que os idosos não fossem penalizados por 2 ou 3 euros e assim pudessem adquirir o aparelho.

Como informação adicional, dos 40 aparelhos de teleassistência que foram adquiridos da Câmara Municipal, apenas se encontram 15 disponíveis.

**Sr. presidente da Câmara:** – Chamo a atenção dos senhores presidentes de junta de freguesia para que procurem saber de idosos que necessitem destes aparelhos porque é pena que os mesmos não sejam usados em plenitude.

*Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Alteração do Regulamento Municipal de Teleassistência constante do Ponto 1.6 foi aprovada por unanimidade.*

**1.7 – Regulamento Municipal de Apoio à Melhoria das Condições de Habitação no Concelho de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Na última sessão fizemos uma alteração cirúrgica a um dos documentos no sentido de viabilizar alguns aspetos, com a promessa de que viria à Assembleia a resolução final do problema.

**Sr. vereador José Gaspar Lima** (vice-presidente da Câmara): – Bom dia senhor presidente, senhores deputados, senhores vereadores. Com esta proposta a Câmara Municipal pretendeu juntar todos os regulamentos referentes à habitação social e apoios à recuperação da habitação, estabelecendo critérios de atribuição e gestão dos fogos sociais em regime de renda apoiada e melhorou alguns artigos trazendo ao regulamento mais justiça social.

Criou também uma bolsa de reserva nas habitações para resoluções de realojamento de agregados em caso de emergências sociais, tais como vítimas de violência doméstica, inundações, incêndios ou outras catástrofes de origem natural ou humana. As candidaturas serão feitas em qualquer altura e apreciadas no mês seguinte, desde que existam habitações disponíveis conforme determina o regulamento agora apresentado.

Relativamente à concessão de apoios destinados aos extratos sociais mais desfavorecidos, para a recuperação de habitação é tida em conta a avaliação da situação económica, valorizando-se a percentagem para a definição do apoio, obrigando a que o candidato ou agregado familiar comprove que o rendimento mensal *per capita* seja igual ou inferior à retribuição mínima mensal, ou seja, 100%, quando anteriormente, incidia sobre 80% do rendimento.

Havia idosos e algumas pessoas com certas dificuldades na recuperação da habitação que não eram abrangidas por este regulamento e não recebiam o apoio, que tem um limite máximo de 5 000 euros, devido a diferenças de 10 ou 12 euros.

Modificou-se também um artigo relacionado com os contratos de arrendamento da habitação social que passaram a ser válidos por 3 anos e renováveis. Estas propostas foram aprovadas por unanimidade na reunião da Câmara Municipal.

**Sra. vereadora Catarina Matias:** – Reitero a informação do senhor vice-presidente José Gaspar Lima que ajudou a elaborar este regulamento e informo ainda que se encontra aberto um concurso até ao final do mês de abril. Se o regulamento for aprovado estaremos em condições de receber candidaturas em lista provisória para a atribuição de fogos sociais logo que estejam disponíveis.

Como disse o senhor vice-presidente, o apoio total não excederá os 5 000 euros e o valor *per capita* aumentou para os 90% para ajudar as famílias mais carenciadas a possuírem uma habitação mais digna.

Algumas juntas de freguesia têm instruído muito mal as candidaturas. Os senhores presidentes de junta têm ao seu dispor o manual que lhes permite indicar qual a documentação necessária quando lhes pedirem ajuda e é importante que leiam o que é solicitado para que os atestados de residência não nos sejam enviados como declarações.

O regulamento prevê que o candidato habite na residência há mais de um ano e mencione o tempo em que lá vive. Tudo isso deve ser referido nos atestados de residência acompanhado de toda a documentação que vos é solicitada, designadamente o IRS, despesas de saúde, etc., caso contrário, teremos que entrar em contacto com as juntas de freguesia para fazermos o pedido novamente e tudo isto atrasará o processo de fiscalização e as visitas domiciliárias.

Estas candidaturas têm que ser bem instruídas; através do manual as juntas de freguesia conseguem ajudar as pessoas a recolherem toda a informação necessária, incluindo as condições das habitações, para que consigamos agir em conformidade e não se diga que há processos na Câmara Municipal que não foram vistos ou apoiados.

**Sr. vereador Alonso Miguel:** – Introduziu-se aqui algo importante referente às desinfestações de térmitas. Quem já tinha obtido cofinanciamento de programas para habitação ficaria automaticamente excluído mesmo que fosse para desinfestação de térmitas e esta alteração salvaguarda essa matéria.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Quero congratular-me pela aceitação da sugestão do CDS-PP em alargar a abrangência deste apoio...

**Sr. presidente da Câmara:** – Essa sugestão foi minha.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – O documento anterior referia-se a quem auferisse 90% do salário mínimo, eu questioneei porque não, os 100% e congratulo-me pelo facto de isso ter sido levado em consideração.

*Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Regulamento constante do Ponto 1.7 foi aprovado por unanimidade.*

### **1.8 – Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Mesa:** – Julgo que estamos em condições de votar o documento porque, como os senhores deputados sabem, já foi aprovado na generalidade na sessão anterior da Assembleia, foi ao Conselho Municipal de Segurança e houve apenas a necessidade de 2 ou 3 correções de redação.

*Não se registando quaisquer intervenções, posto à votação, o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Angra do Heroísmo foi aprovado por unanimidade.*

**1.9 – Regulamento Municipal do Mercado Duque de Bragança, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea g), n.º 1, artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**Sr. vereador Guido Teles:** – Tornou-se imprescindível alterar o regulamento do mercado Duque de Bragança, em vigor há 20 anos, por manifesta desatualização e necessidade de introduzir alguns retoques. Esta alteração vem no seguimento de várias medidas que têm sido tomadas pela Câmara Municipal para a revitalização daquele espaço e sobretudo para dar um novo impulso ao comércio local no centro histórico de Angra.

Temos colocado anúncios nas várias rádios e jornais, desenvolvemos outras formas de comunicação em termos de design e alargámos o horário do mercado, além de outras medidas que necessitavam de uma nova clarificação.

Detalhámos o objeto deste regulamento, dando uma clara prioridade ao auto abastecimento alimentar e à venda de produtos locais, tentámos abrir algumas regras mais detalhadas em relação à comercialização de alguns produtos específicos como o pescado e as carnes e previmos uma série de proibições que, em caso de violações relacionadas com a higiene agroalimentar por parte dos comerciantes, darão origem a contraordenações e, em caso de reincidência, farão com que a Câmara resolva unilateralmente o contrato.

O regulamento passa agora a ter uma norma mais abrangente que, no caso de eventos específicos, permite um alargamento de horário por parte do presidente da Câmara, possibilitando o acesso ao mercado em horas diferentes das habituais.

Concretizámos um pouco mais as regras aplicadas à concessão, tanto das lojas como das bancas do mercado, dando prioridade à hasta pública quando a procura for superior à oferta, permitindo ao presidente fazer a adjudicação direta do espaço.

As taxas deixam de estar previstas e já tinham sido derogadas em função da aprovação do Regulamento Municipal de Taxas na anterior reunião da Assembleia Municipal, no qual foram implementadas várias medidas de estímulo para o exercício da comercialização no mercado municipal.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Se o regulamento tinha 20 anos, imperava que fosse atualizado. Compreendo o mérito de se querer ampliar o horário de funcionamento mas os hábitos das pessoas, nomeadamente dos consumidores, não se alteram por decreto, porque, por tradição, o horário do comércio local é até às 18 horas. Eventualmente seriam necessárias, ações complementares que garantissem uma afluência de tráfego na zona e permitissem o uso efetivo do espaço até às 19 horas. Assim sendo, pergunto ao senhor presidente se os comerciantes estão satisfeitos com este alargamento de horário e se o mesmo está a surtir algum impacto prático no comércio.

**Sr. presidente da Câmara:** – No que à Câmara Municipal diz respeito, o alargamento do horário do mercado duque de Bragança tem a ver com a abertura do recinto; cada comerciante pratica o horário que entender em função dos seus interesses comerciais porque a Câmara não força ninguém a ter a porta aberta.

A medida não se traduziu em resultados tão imediatos como se gostaria porque a maior parte dos comerciantes não tem tido as suas bancas abertas no fim da tarde, exceto o talho e mais 2 bancas que não têm tido grande sucesso. Para auxiliar na divulgação, a Câmara está a difundir alguma publicidade nas rádios, comprou um par de *outdoors* e vai colocar mais uma faixa na rua a informar da abertura do mercado.

A abertura do mercado não acarretou encargos de maior porque aproveitámos algum do pessoal que tínhamos e não há qualquer prejuízo. Se não houver lucro, paciência; cada comerciante abre e fecha a porta quando entender, dentro do horário de funcionamento do mercado, entre as 07 e as 19 horas.

**Sra. d. m. Michele Aguiar:** – Boa tarde senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Como foi referido na última Assembleia pelo senhor presidente da Câmara, foi criado um parque de estacionamento na Queimada para que as pessoas pudessem aceder mais facilmente ao mercado duque de Bragança; foram lá instaladas máquinas de parquímetros e sinalização vertical, no dia seguinte, sem qualquer aviso prévio, começou a ser cobrado o estacionamento nesse local mas, após muitas reclamações dos moradores, as multas foram retiradas.

Segundo informações das funcionárias da empresa concessionária, essas multas seriam suspensas por não ter havido informação prévia e seria concedida uma semana de estacionamento livre, findo o qual o estacionamento voltaria a ser cobrado. Passada uma semana, o parque voltou a ficar vazio e houve um dia em que eu fui a única residente a estacionar ali, além das viaturas dos comerciantes do mercado que tinham o seu espaço reservado e muito bem.

Após novas informações do funcionário da concessionária, aguarda-se uma publicação no jornal e pergunto se não deveria ser esse o processo a seguir desde o início. Neste momento existe uma caça ao homem porque, sempre que passa o senhor para passar as multas, vai tudo a correr para saber se é dia de pagar parquímetro.

A existência deste espaço nunca foi divulgada a nível oficial; será que isto traz benefícios ao mercado? Afinal o estacionamento naquele parque vai ser pago ou vamos continuar nesta dúvida constante?

**Sr. presidente da Câmara:** – Creio que nos estamos a desviar um pouco do assunto mas vou responder-lhe com muito gosto. Não se trata de falta de publicação do anúncio; é uma questão de natureza técnica porque ainda não foi apresentada por parte da empresa uma solução adequada que tem a ver com a instalação no recinto do mercado, de um equipamento que permita a isenção. Enquanto esse equipamento não estiver instalado não é possível que o parque funcione nesses moldes.

A empresa iniciou atividade quando não o deveria ter feito e, mal a Câmara tomou conhecimento, avisou a empresa de que não o poderia fazer e teve que recuar. Provavelmente terá que ser colocado no mercado uma espécie de posto como o que se encontra à entrada da Câmara mas terá que ser protegido da chuva.

Esse equipamento permitirá o abatimento imediato do valor do estacionamento mediante a apresentação do recibo das compras efetuadas no mercado. Enquanto esse equipamento não estiver instalado no recinto do parque manter-se-á a atual situação.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Tive a oportunidade de ler em vários locais a respeito de uma questão relacionada com as inspeções sanitárias e lembro o senhor presidente da Câmara que continuo à espera que nos seja facultado o relatório resultante da inspeção feita ao mercado pelas atividades económicas em que, segundo parece, ficou claro que o mercado não tem problemas relacionados com algumas pragas. Se o senhor presidente achar que tenho que me deslocar ao seu gabinete para ter acesso ao relatório, faça o favor de informar.

**Sr. presidente da Câmara:** – Vi as declarações do senhor inspetor na televisão e conversei com ele telefonicamente. O relatório deu entrada nos serviços, não o tenho no meu gabinete e confesso que não o li mas vou procurá-lo e terei todo o gosto em informar V. Exa. Devem ter

ficado gravadas algures na televisão as declarações do senhor inspetor regional a respeito das pragas de palmo e foi ele que disse que elas não estão lá.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Certamente por lapso, o senhor presidente não respondeu a uma parte da minha questão relativamente à satisfação dos clientes do mercado duque de Bragança a respeito do alargamento do horário.

Acho bem que se faça a divulgação do novo horário de funcionamento mas tenho as minhas dúvidas de que essa publicidade, apenas reativa, possa surtir algum efeito. Pergunto se não seria de se equacionar uma intervenção mais proactiva com os comerciantes que potencie uma maior afluência ao mercado através da realização de algumas promoções ou eventos à semelhança do que aconteceu no passado com a confeção de comida e venda de refeições que trouxeram imensa gente ao mercado.

**Sr. presidente da Câmara:** – Digo-lhe que sim e digo-lhe também que ainda não foi feita porque estamos à espera da instalação dos lojistas que concorreram recentemente. O concurso fechou a semana passada e felizmente todas as lojas do mercado ficarão ocupadas.

Apareceram concorrentes para todas as lojas e o mercado vai ter uma injeção de sangue novo nas próximas semanas com atividades económicas bastante mais interessantes incluindo alguns comerciantes que pretendem vender comidas previamente confeccionadas.

Uma das novas valências deste regulamento é a permissão da venda de produtos preparados para consumo. Resolve-se assim um dos problemas crónicos de alguns comerciantes que pretendem vender os inhames já cozidos ou o milho já preparado, o que não era possível de acordo com o regulamento anterior. Quando acabar esta fase de instalação dos novos lojistas realizaremos um conjunto de eventos ao fim do dia para tentarmos atrair mais pessoas ao mercado.

Creio que haverá alguns comerciantes satisfeitos com o alargamento do horário e outros nem tanto mas esse alargamento foi pedido por eles. No início deste mandato os comerciantes apontaram, como 2 grandes problemas, o horário demasiado curto e a falta de estacionamento e nós tentámos dar-lhes resposta. Depois do alargamento do horário, houve alguns que não gostaram mas podem fechar quando quiserem porque ninguém é obrigado a estar lá e uns não podem impedir que os outros façam o seu negócio da forma que entenderem.

A Câmara tomou decisões que vão ser avaliadas, não tenho o hábito de governar a favor dos ventos das opiniões do último dia e as coisas estão a ser feitas de acordo com o que foi assumido. Fizemos várias reuniões com os comerciantes no próprio mercado depois do seu encerramento para que todos pudessem estar presentes e foram tomadas decisões que, no meu entender e no da Câmara, melhor servem os interesses do mercado; quem não gostar, fecha a sua banca e vai-se embora.

*Não se registando mais intervenções, após votação, o Regulamento constante do Ponto 1.9 foi aprovado por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 do d. m. independente) e 8 abstenções (5 do PSD e 3 do CDS-PP).*

#### **1.10 – Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea g), n.º 1, artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Este regulamento deveria ter sido feito depois de 1999, altura em que passou a ser obrigatório mas, infelizmente, andou para trás e para diante; não foi feito e é uma obrigação legal que as autarquias o possuam porque o regime geral de edificação e urbanização assim o exige. Estamos a dar cumprimento à lei e a aproveitar o trabalho feito com qualidade por uma empresa de consultadoria contratada no anterior mandato.

Foi colocado em discussão pública numa sessão de apresentação que, infelizmente, teve pouca afluência mas, mesmo assim, recolheram-se alguns contributos interessantes em matéria da tramitação eletrónica dos documentos para permitir uma maior celeridade. As soluções que nos chegaram foram aceites e introduzidas no documento.

Este regulamento visa clarificar um conjunto de conceitos e questões que, por vezes, eram objeto de debate e levavam a atrasos nas obras devido a divergências de entendimento entre os serviços camarários e os profissionais que elaboram os projetos.

Há uma segunda parte que tem a ver com a prioridade à tramitação digital para evitarmos o problema crónico dos custos associados a enormes volumes de papel. Qualquer projeto, nem que seja de uma modesta habitação, implica volumes de papel com custos muito elevados e tem que ser feito em vários exemplares.

Os pareceres devem que ser recolhidos fisicamente o que significa que têm que passar por diversas entidades que se pronunciam, por vezes sediadas fora da Terceira, implicando enormes custos no envio nos documentos que terão que ser devolvidos por vezes com atrasos enormes.

Nestes últimos tempos foi possível acelerar substancialmente os processos de licenciamento urbano que, por vezes, demoravam um ano; estamos neste momento na casa dos 2 meses e queremos que seja ainda menos.

O objetivo central desta mudança dando prioridade ao digital é criar um sistema semelhante ao que foi usado para os senhores membros da Assembleia. Os documentos são colocados num servidor de ficheiros e as entidades que têm que dar o seu parecer vão lá buscá-los, deixando de haver a necessidade do envio físico.

Existe uma última questão que tem a ver com a atribuição de alguma justiça relativa aos loteamentos porque, quem os fazia em determinadas zonas, tinha que incorrer em custos extremamente elevados, nalguns casos com infraestruturas e cedências, criando uma distorção na concorrência nesta área que a lei obriga a corrigir através da introdução de uma tabela de taxas destinadas especificamente a essa matéria.

Para terminar chamo a atenção de que, quando foi apresentado aqui o regulamento de taxas, um dos artigos trata exatamente da suspensão da aplicação das taxas urbanísticas até à aprovação deste documento, que fora na altura anunciado; com a sua aprovação, fecha-se este círculo e fica em aplicação na sua plenitude o regulamento de taxas aprovado por esta Assembleia há uns meses.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Tenho algumas questões técnicas que me levantaram dúvidas durante a leitura. O artigo 5º refere: *«Nenhum técnico pode assinar ou coordenar projetos, ser responsável pela direção de uma obra ou fiscalizar obras sem que se encontre inscrito em ordem ou associação pública profissional e comprove a validade da respetiva inscrição.»* Isto poderá significar que, se eu estiver inscrito na ordem dos enfermeiros e a minha inscrição for válida, poderei tecnicamente assinar uma obra.

Reparem que não é referido que deva ser uma associação pública profissional adequada. Não estou a levantar esta questão para chatear ninguém porque já vi um decreto-lei, relacionado com a minha área de trabalho nas telecomunicações, que continha um erro semelhante e gerou bastante confusão.

No artigo 10º, capítulo 3º, ponto 2 é referido: *«Durante a fase de apreciação dos pedidos de informação, de licença ou comunicação prévia de obras em prédios que não exijam a criação de novas vias públicas, devem ser sempre asseguradas, em cumprimento do presente regulamento, as adequadas condições de acessibilidade de veículos e peões, prevendo-se,*

*sempre que possível e justificável, a beneficiação do arruamento existente.»* Se intervencionar a fachada da minha casa e a calçada estiver degradada, sou obrigado a corrigi-la?

Artigo 14º ponto 2: *«Os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial estão isentos de licença desde que cumpram cumulativamente os requisitos previstos nos nºs 4, 5 ou 10.»* Pergunto se isto refere ao 4, 5 ou 10 ou ao 4, ao 5 e ao 10. Confesso que poderá ser do meu português mas fico com esta dúvida.

Queria deixar também um alerta para o artigo 20º. Em certas situações as obras não são acabadas durante o período de vigência da licença e a Câmara poderá conceder uma prorrogação desse prazo.

O artigo 28º diz: *«As autorizações de utilização serão pedidas pelo titular da licença de construção ou das frações sem nada acrescentar.»* Como o texto é omissivo, pergunto se terá que haver uma declaração do projetista ou do técnico responsável para que o dono da obra possa solicitar a licença de utilização sem que as várias especialidades, como a eletricidade, as telecomunicações, o gás, etc., estejam terminadas.

O artigo 52, no seu primeiro ponto refere: *«É devido o pagamento de uma compensação ao município sempre que o prédio a lotear já esteja servido de infraestruturas ou não se justifique a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos.»*

Vamos supor que realizo um loteamento de impacto relevante, construo 20 ou 30 lotes com todas as zonas verdes, uma estrada e uma rotunda no final mas não consumo todo o terreno que confronta com essa rotunda porque pretendo acrescentar mais tarde 2 ou 3 lotes numa segunda fase; caso não possa ou não me convenha construir mais infraestruturas, terei que compensar a Câmara financeiramente?

Existe um detalhe técnico na parte dos anexos no ponto 2, alínea b): *«Os levantamentos topográficos devem conter a implantação dos seguintes elementos quando existam desníveis acentuados entre o terreno em estudo e o terreno confrontante, quotas dos desníveis do terreno natural em ambos os lados.»*

Sugiro que se defina claramente de quanto é que estamos a falar para que não sejam 2 graus para um arquiteto e 3 ou 4 para outro, não se deixe os projetistas em dúvida e não se incorra em mais reuniões de Câmara ou outras burocracias que não beneficiam ninguém.

**Sr. presidente da Câmara:** – Um documento como este lê-se no contexto da respetiva lei porque não é um regulamento autónomo nem um decreto-lei; é um mero regulamento municipal e não podemos fazer interpretações que não estejam contidas na lei. Se é um regulamento de construção, com todo o respeito, nada tem a ver com enfermeiros ou qualquer outra profissão e não vale a pena estarmos a escrever o que já está escrito na lei.

O documento deve ser interpretado no estrito contexto do regime jurídico da edificação e urbanização em que todas estas matérias estão definidas e apenas foram colocadas aqui aquelas matérias que as autarquias têm o poder de definir de acordo com o referido regime.

Os profissionais que podem intervir em obras de construção e edificação estão definidos em outras leis. Não damos aqui qualquer competência a quem não a tem para fazer obras porque não o podemos nem devemos fazer.

Quanto ao texto constante do artigo 14º, ponto 2, há efetivamente um erro, devendo constar «e» e não, «ou». O documento foi visto 20 vezes mas falhou e peço à Assembleia que, na votação, considere esta alteração.

Em relação ao último ponto não me parece que seja possível estar a definir qual o ângulo de inclinação porque depende do tipo de terreno, da estabilidade dos taludes e de um conjunto de considerações de natureza técnica que não cabem no regulamento; nunca conseguiremos



prever todos os casos possíveis e isso terá que ser feito dentro das competências de quem faz o projeto e de quem o aprecia.

Quanto à questão do pagamento extra de loteamentos, se o proprietário já pagou para um determinado loteamento em termos de compensação, não o vai fazer uma segunda vez; caso seja outra pessoa a fazer um subloteamento, terá que pagar a devida compensação, porque, se não o fizer, estará a beneficiar indevidamente do que outros pagaram. Uma coisa é fazer um loteamento novo, outra é uma alteração a um determinado loteamento.

**Sra. d. m. Graça Silveira:** – Neste regulamento há uma preocupação em facilitar todo o processo de instrução dos projetos de construção; no entanto, para mim ficou claro que esta alteração facilita muito mais o trabalho da Câmara do que a vida dos munícipes que ficam obrigados a duplicar os formatos de apresentação, ou seja, têm que fazer a apresentação em plataforma digital e em papel.

O artigo 21 diz: «...sempre que sejam pedidos pareceres sobre entidades externas à Câmara...»; refiro-me à EDA, à PT, etc., porque fiz uma casa há dois anos e imagino que nada se tenha alterado daí para cá porque existe uma série de especialidades em que os projetos têm que ser impressos em papel.

Imagino que a impressão seja em formato digital e a Câmara imprime em papel os projetos necessários para entregar às entidades externas; se assim é não percebo a preocupação de se definir a gramagem do papel na instrução do processo. Concordo que os documentos sejam apresentados em formato digital não editável mas não compreendo que, para o projeto de levantamento topográfico da planta de implantação, se exija em formato digital.

Desculpe mas ninguém é obrigado a apresentar um projeto que pode ser rasurado por terceiros; imagino que facilite o trabalho da Câmara, que pode abrir os ficheiros e fazer a cópia direta para a introdução mas vai ter que olhar para os valores e fazer a cópia à mão.

**Sr. presidente da Câmara:** – Oh, senhora deputada; não vai fazer nada porque, felizmente, a senhora não manda nisso...

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – O senhor presidente estava a ir tão bem e já começou a azedar.

**Sr. presidente da Câmara:** – «Acho que alguém vai ter que fazer e custa...», portanto, não vai ter.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Senhor presidente, um ficheiro editável ou não dá rigorosamente o mesmo trabalho. Sendo editável, em termos de autoria, pode custar imenso a quem o apresenta porque pode ser rasurado por terceiros e não há forma de provar quem lhe mexeu; quero deixar aqui a salvaguarda de que ninguém é obrigado a fazê-lo.

**Sra. d. m. Isabel Berbereia:** – Muito boa tarde Exmo. senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. A bancada do PS quer congratular-se com a publicação do regulamento; de acordo com as palavras do senhor presidente da Câmara, já poderia estar publicado e houve agora esta feliz decisão de o aplicar.

Esperamos que este regulamento seja um instrumento facilitador, incentive a construção e edificação no nosso concelho e que os munícipes o sintam como uma mais-valia porque é norteado por 3 princípios que consideramos muitíssimo importantes: simplificação, desburocratização e modernização. Todo o processo passa para este circuito eletrónico muitíssimo facilitador e promotor do encurtamento dos prazos e das respostas da Câmara e das entidades que darão o seu parecer.

Congratulamo-nos ainda por este regulamento ter recolhido a participação ativa de vários intervenientes, nomeadamente da Ordem dos Arquitetos, Ordem dos Engenheiros e da Câmara do Comércio.

**Sr. presidente da Câmara:** – Em relação aos documentos em papel não há nenhuma duplicação; há um período transitório porque há entidades que não estão preparadas para uma alteração súbita.

Chamo a atenção para a redação do nº 6 do artigo 21º que passo a ler: «*Os projetos sujeitos a aprovação de entidades exteriores à Câmara Municipal devem obedecer aos requisitos exigidos por essas entidades, sendo da responsabilidade do requerente, a entrega das cópias em papel que sejam exigidas.*» Isto quer dizer que não temos o poder de obrigar todas as entidades a obedecerem aos nossos ditames e temos que prever a possibilidade de algumas não o fazerem; espero que sejam poucas ou nenhuma e vamos, junto delas, fazer os possíveis para que isso não aconteça.

Manda a prudência e o reconhecimento da posição que ocupamos na hierarquia legislativa que não legislemos para o que não devemos. A Câmara não fará cópias para privados e nem vale a pena discutirmos mais isso.

Enquanto houver alguma entidade que exija papel, terão que ser cumpridas determinadas normas que estão legalmente estabelecidas; não conheço quem o vá exigir mas não o posso garantir. Consultámos entidades relativamente exóticas a respeito de questões que têm a ver, por exemplo, com combustíveis, com o turismo, com a cultura ou com o ambiente. Há dezenas de departamentos e empresas com os quais somos obrigados a corresponder-nos em função da natureza da obra em si.

O objetivo fundamental é facilitar a vida a todos os munícipes do concelho, dispensando a necessidade de se fazer cópias e mais cópias em papel porque cada uma custa muitas centenas de euros quanto se trata de documentos grandes; tudo isso desaparece e essas cópias deixam de ser necessárias.

O levantamento topográfico deve ser editável porque tem que ser integrado na base de dados geográficos do concelho e não vai ser feito à mão e quem precisa da obra tem que o fazer porque precisamos de nos manter atualizados.

Esta ideia populista de que, quando se está na oposição, se deve dar cabo da cabeça a toda a gente como o seu partido tem feito, não deve passar. Está na altura de pormos alguma ordem nisso e de quebrarmos alguns restinhos de MRPP que por aí ainda estão.

Estamos aqui para simplificar a vida aos munícipes e encontrar uma solução adequada para o funcionamento da autarquia e de uma parte importantíssima da nossa economia que é a construção civil. O objetivo é reduzir prazos, eliminar papel, melhorar arquivos e manter sempre atualizado, sem erros nem desvios, o cadastro geográfico do concelho, que é uma obrigação da Câmara, para podermos fornecer um serviço de qualidade a todos os munícipes e aos intervenientes na área da construção civil. São estes os objetivos e não estamos aqui a brincar ao populismo ou coisas que tais.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Não percebo essa reação exageradíssima porque o senhor percebe exatamente o que estou a dizer.

Quando o senhor presidente da Câmara consulta artigos e teses sabe que daria um jeito enorme que os mesmos estivessem editados em formato PDF desprotegido para se poder fazer *copy* e *paste* e utilizar parágrafos do seu conteúdo. Se quiser ir buscar uma referência bibliográfica tem que a passar à mão e dá um trabalho enorme porque existem direitos de autor que devem estar protegidos, por isso é que existem ficheiros não editáveis.

Se todo o processo é feito com ficheiros não editáveis, a que respeito é que os do levantamento topográfico não de ser editáveis para facilitar a vida de quem quer fazer *copy* e *paste*?

Quem fez o levantamento topográfico gastou tempo e dinheiro, o trabalho é de sua autoria, deve estar em ficheiro não editável, espero que o senhor presidente não tenha problemas com isso mas imagino que há de arranjar maneira de obrigar as pessoas a terem que apresentar um ficheiro editável para que a Câmara possa mexer-lhe à sua vontade e fazer o que quiser.

Considero-o uma pessoa inteligente, não percebo com que tipo de lógica é que o senhor afirma que este alerta tem a ver com questões populistas e vou fugir desse tipo de discussão que não leva a lado nenhum.

*Não se tendo registado mais intervenções, posto à votação, o Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação constante do Ponto 1.10 foi aprovado por maioria com a alteração do artigo 14.º, ponto 2.º que passa a “4, 5 e 10”, com 30 votos a favor (24 do PS, 5 do PSD e 1 do d. m. independente) e 9 abstenções (6 do PSD e 3 do CDS-PP).*

*(Interrupção para almoço; os trabalhos foram retomados às 14H20M).*

**1.11 – Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2013, da TERAMB, EM, acompanhado do parecer da Assembleia Geral, bem como do parecer do fiscal único, para fiscalização, nos termos da alínea a), n.º 2, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – A TERAMB está numa fase inicial da sua atividade e o seu grande objetivo é a construção do Centro de Valorização Energética de Resíduos que está neste momento em curso e já tem um volume de negócios significativo próximo dos 800 000 euros mas ainda não está na sua configuração final. Estamos perante uma conta algo incomum que corresponde a esta fase de transição.

Do ponto de vista dos objetivos a que a empresa se propôs, que foram plenamente atingidos este ano, e do ponto de vista do equilíbrio financeiro, a TERAMB está no bom caminho e recomenda-se.

*Não se registando mais intervenções, o documento foi considerado apreciado.*

**1.12 – Documentos de prestação de contas da Culturangra EEM, referentes ao exercício de 2013, nos termos do artigo 23.º, alínea e) dos respetivos estatutos, para apreciação do órgão deliberativo.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Trata-se da conta final da CULTURANGRA que foi formalmente extinta no passado mês de março; todos os seus ativos, passivos e trabalhadores foram devidamente reintegrados na Câmara Municipal e estamos perante o final da empresa.

Infelizmente esta conta não significa totalmente o ponto final porque existem algumas questões de natureza fiscal que vêm de 2009 e 2010 e que não estão bem resolvidas, face a uma inspeção de finanças que detetou que o pagamento de IVA não foi feito da forma como as finanças entendem que deveria ter sido feito e poderá haver responsabilidades futuras para a autarquia respeitantes a este processo.

Estamos a tentar fazer vingar o ponto de vista da autarquia junto das finanças e recorrendo eventualmente ao Tribunal Administrativo e Fiscal mas há a possibilidade de virmos a ter

algum tipo de despesas com o IVA resultantes de contratos celebrados nas Sanjoaninas em 2009, 2010 e 2011.

Para fazer face a isso, na proposta de alteração orçamental que já aprovámos, tomámos as devidas medidas cautelares, colocando o dinheiro necessário para eventualmente termos que fazer esses pagamentos. Provavelmente existirão coimas por contraordenação fiscal mas esse é um assunto que diz respeito aos gestores da altura que, do ponto de vista pessoal, terão que resolver esse assunto. As liquidações e IVA, essas sim, são um assunto da Câmara.

*Não se registando mais intervenções, o documento foi considerado apreciado.*

**1.13 – Relatório de gestão e demonstrações financeiras de 2013 da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, para fiscalização, nos termos da alínea a), n.º 2, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. vereador Guido Teles:** – Vou fazer um pequeno resumo deste relatório de 2013 da AGESPI que é participada em 25% pela Câmara Municipal de Angra e acabou por ter um resultado líquido positivo de cerca de 30 000 euros no ano transato.

No que diz respeito a Angra, há a ressaltar os investimentos feitos na sinalização do parque industrial, pequenas menções à redução nos fornecimentos e serviços externos nesse ano e o pequeno aumento nos custos com pessoal que decorreram da lei do orçamento de Estado.

**Sr. presidente da Câmara:** – O ponto seguinte acaba por complementar este e creio que seria melhor juntarmos as 2 questões. A AGESPI obteve um resultado positivo e, mais do que isso, está a iniciar trabalho do lado de Angra que tem alguns benefícios em pertencer a essa entidade para além da sinalização. Por falar em sinalização, aproveito para informar aqueles que não sabem onde fica o hospital que já existe lá um sinal.

A AGESPI encomendou um estudo à universidade dos Açores sobre o desenvolvimento económico e, em particular, sobre a situação futura do parque industrial de Angra. Do ponto de vista da Câmara de Angra, tenho a informar que tem sido vantajosa a nossa pertença à AGESPI e vamos tentar que seja ainda mais vantajosa no futuro.

**1.14 – Plano de Atividades e Orçamento para 2014 da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, para fiscalização, nos termos da alínea a), n.º 2, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Peço desculpa mas é a primeira vez que me deparo com a existência desta associação, porque refere que tem como objeto a promoção, instalação e desenvolvimento do parque industrial da ilha Terceira.

Estive a ver os estatutos e não consigo perceber muito bem o que é este parque industrial da ilha Terceira. Fala também no parque industrial de Angra, no parque da Boavista e no parque das Lajes e não percebo muito bem que parques são geridos por esta associação.

Na página 4 do relatório do orçamento para 2014 é referido que será realizado um estudo para analisar a viabilidade da mudança de gestão do parque industrial de Angra da Câmara para a AGESPI; isto significa que o parque tem sido gerido pela Câmara e a AGESPI fiscaliza as entidades que gerem o parque. Como é detida em parte pela Câmara Municipal, significa que a Câmara está a fiscalizar-se a si própria. Gostaria de tentar perceber melhor que associação é esta.

**Sr. vereador Guido Teles:** – A AGESPI foi criada em 2005 e o objeto social era exclusivamente relativo ao parque industrial situado na Praia da Vitória. Entretanto houve

uma alteração dos estatutos que alargou o objeto social para a possibilidade de intervir também nos outros parques industriais e eventuais parques empresariais.

Esta menção ao parque industrial de Angra faz-se por 2 razões: no ano passado houve a primeira intervenção da AGESPI no parque para o investimento na sinalização, já depois de termos tomado posse, porque a ação desta associação estava restrita ao concelho da Praia e achámos que não poderia continuar a ser dessa forma.

Tentámos alargar o seu âmbito com esse investimento que foi feito o ano passado e, para este ano, no plano de atividades, introduzimos a elaboração de um estudo de viabilidade económica para que a AGESPI ficasse a gerir o parque industrial de Angra a partir de agora.

*Não se tendo registado mais intervenções, os Pontos 1.13 e 1.14 foram considerados apreciados.*

## **2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**

### **2.1 – Proposta do Grupo Municipal do Partido Social Democrata no sentido de a Câmara Municipal providenciar a realização de um estudo tendo em vista o rápido combate à situação de emergência social e económica que se vive no Concelho de Angra do Heroísmo.**

**Sr. d. m. Péricles Ortins:** – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores deputados municipais. Esta proposta tem como intenção a criação de um plano de apoio às famílias e empresas que permita combater a situação de emergência social em Angra do Heroísmo, porque nosso concelho não está imune à situação que assola a região e o país. São inúmeros os relatos relativos a um aumento muito significativo dos pedidos de ajuda das famílias às instituições de apoio social e das dificuldades das instituições em darem resposta a todas as solicitações.

Outro problema que tem vindo a público é a existência de empresas em dificuldade, não só pela conjuntura económica mas também pelos atrasos nos pagamentos da administração pública e outros. Esta situação não só é inibidora da criação de emprego como tem forçado muitas empresas a reduzirem a atividade e a despedirem trabalhadores, aumentando assim a taxa de desemprego no nosso concelho.

No caso específico dos Açores, onde existe uma baixa taxa de atividade feminina em comparação com a do país, a probabilidade do desemprego do único elemento trabalhador do agregado familiar é substancialmente maior, assim como a vulnerabilidade à pobreza.

Assume particular relevo o problema do desemprego que, nos Açores, era de 7,1% no último trimestre de 2009 e 13,9% no primeiro trimestre de 2012 para atingir o patamar histórico de 17,3% no 4º trimestre de 2013 segundo dados do Serviço Regional de Estatística. Assim, os efeitos da crise medidos pela taxa de desemprego não têm parado de se agravar e com eles é espectável um aumento da pobreza.

Embora não existam dados oficiais desagregados por ilha, o cidadão comum sente que a situação se degrada de dia para dia. São cada vez mais as pessoas que ficam sem emprego e as empresas que fecham ou estão prestes a fazê-lo. O concelho de Angra não está imune a este flagelo e urge combater a situação de emergência social que destrói empregos e empurra as famílias para a pobreza.

Para estes cidadãos, seria importante saber que uma das formas de governo que lhes está mais próxima, a autarquia, tem um plano efetivo para lidar com esta situação, demonstrando preocupação e empenho na defesa e proteção dos seus munícipes.

A melhor forma é conhecer primeiro a sua real dimensão, nomeadamente a taxa real de desemprego no concelho, a saúde financeira das empresas bem como o risco de falência, a dimensão das dívidas do setor público às empresas do concelho, as dificuldades por que estão a passar as famílias, as principais necessidades e dificuldades das instituições de solidariedade social e conhecer em detalhe os números do rendimento social de inserção no nosso concelho.

O grupo municipal do PSD vem propor à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a realização de um estudo com o objetivo de definir uma estratégia municipal de combate à pobreza e emergência social que se vive no concelho e uma estratégia de apoio às empresas, potenciando a criação de emprego.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Esta proposta do grupo municipal do Partido Social Democrata parece-nos pertinente porque, desde há algum tempo que vamos ouvindo falar da crise, da austeridade, dos apertos, dos esforços, dos novos casos de pobreza e da gritante necessidade de apoio social, financeiro e económico a muitas pessoas e famílias.

São-nos disponibilizados dados sob um ponto de vista mais regional e gostaria de saber que retrato a Câmara conseguiu fazer nestes primeiros meses de mandato sobre a realidade social e económica do concelho, quantos são os desempregados, quantos usufruem do RSI em Angra do Heroísmo, quantos casos de pobreza estão sinalizados pela Câmara Municipal e qual a realidade em termos de novos pedidos de ajuda financeira e social que têm chegado à autarquia.

Gostaria também de saber, junto do senhor presidente da Câmara, que medidas prevê o município para ajudar a fazer face a estas situações de emergência social que todos vamos conhecendo, porque basta sairmos a porta da Câmara Municipal e há sempre quem nos venha pedir uma esmola, algo que não acontecia há alguns anos.

Se me for permitido gostaria também de solicitar um esclarecimento ao senhor deputado António Alves enquanto representante da ANAFRE, relativamente aos casos de pobreza e aos pedidos de ajuda que, eventualmente, as juntas de freguesia do concelho tenham conhecimento e se as pessoas as procuram para pedirem ajuda face a esta nova realidade económica financeira e social.

**Sra. d. m. Anastácia Fins:** – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e respetivo executivo, caros deputados municipais. O grupo municipal do PS lembra que a Câmara tem procurado dar resposta eficaz aos problemas sociais do nosso concelho, criando novos empregos ao abrigo do programa RECUPERAR que permitiu a uma larga dezena de munícipes obterem um emprego e um salário.

Para além da criação de emprego, a Câmara Municipal tem também a preocupação de ajudar instituições que diariamente distribuem refeições a pessoas carenciadas beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, como por exemplo a Cozinha Económica Angrense.

Foi hoje aqui aprovado o Regulamento Municipal de Apoio à Melhoria das Condições de Habitação. A Câmara está também preocupada com os sem-abrigo e está a trabalhar nesse sentido de forma a criar condições para que eles possam rapidamente dispor de um teto onde possam pernoitar com o mínimo de dignidade.

Convém lembrar que, apesar de estarmos no final de um quadro comunitário, a Câmara não deixou de lançar diversas obras permitindo aos pequenos empreiteiros a manutenção dos postos de trabalho, o salário dos seus funcionários e a criação de riqueza.

São estas as razões que nos levam a dizer que votaremos contra esta proposta uma vez que a Câmara não está alheia a esse problema e está a trabalhar nesse sentido.

**Sr. d. m. António Toledo Alves:** – Senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais, boa tarde a todos.

Em resposta às questões do senhor deputado Pedro Ferreira, decorreu um encontro regional da ANAFRE com as freguesias dos Açores, onde uma das preocupações manifestadas pelos presidentes de junta de todos os concelhos, incluindo o de Angra, foi a situação que se vive na região, consequência das dificuldades que se vivem também em todo o país.

Tem havido uma maior afluência de pessoas com dificuldades que pedem ajuda às juntas de freguesia que, por sua vez, as encaminha para os serviços e entidades competentes que têm manifestado disponibilidade de cooperação para com as juntas de freguesia no sentido de se tentar solucionar ou minimizar os problemas sociais.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Esta proposta não refere que a Câmara Municipal não se preocupa com os problemas dos munícipes; apenas se dá conta da situação real que afeta os Açores, há um lapso de informação em relação à realidade do concelho e só se pode agir em conformidade conhecendo esses dados. Esta proposta vai nesse sentido e temos a certeza que este elenco camarário está muito preocupado com a situação que se vive nos Açores, em particular no concelho de Angra.

A taxa de desemprego nos Açores é de 17% mas em Angra poderá ser de 20 ou 25% ou talvez menos; ouvimos dizer que a taxa é superior mas não existe informação efetiva. Achamos que é importante haver informações pormenorizadas para se poder agir em conformidade e não estamos a dizer que a Câmara não se preocupa com os munícipes.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Gostaria de lembrar que ninguém é dono da crise e ninguém se quer considerar campeão de proteção aos desfavorecidos; o que importa é que as instituições façam o que estiver ao seu alcance em relação aos problemas do seu concelho.

Para mim tanto se me dá que exista ou não exista um grupo de trabalho; o que eu gostaria é que o senhor presidente da Câmara trouxesse à futura sessão da Assembleia Municipal, um levantamento exaustivo do número de empresas em situação de falência ou pré falência, quantas conseguem sobreviver e adaptar-se às circunstâncias conjunturais que todos conhecemos, quantas pessoas estão em situação deficitária e de insustentabilidade ou quantas crianças se encontram em dificuldades e necessitam de apoio familiar.

Seria de uma flagrante injustiça pensar que a Câmara não se preocupa e não creio que haja um único presidente de Câmara neste país que ignore a situação social do seu concelho; isso nunca esteve nem estará em causa e creio que nenhum partido teria a ousadia de utilizar os serviços como arma de arremesso político.

Na situação de crise em que nos encontramos seria conveniente falarmos de dados concretos e para isso precisamos dos levantamentos. Se os dados estão agregados, desagreguem-se, procure-se conhecer a realidade e com base nisso tomem-se as medidas possíveis; é este o cerne da questão e deixemos de brincar ou ironizar com assuntos sérios.

**Sra. d. m. Isabel Berbereia:** – Gostaria de ressaltar o que me parece controverso na proposta do Partido Social Democrata, pois penso que, à partida, seria mais simples pedirem um simples diagnóstico com 3 ou 4 indicadores que nos permitiriam perspectivar o futuro por comparação com o passado.

Quando se fala de um estudo, à partida deduz-se que se trata de algo que terá um desenvolvimento e uma conclusão e não servirá rigorosamente de nada e penso que não será essa a intenção. Qualquer um dos presentes, as juntas de freguesia e a própria Câmara poderão, com a devida formalidade, pedir às entidades governamentais que têm esses indicadores que se pronunciem sobre isso. Eu sei números mas não os vou referir aqui porque não foram solicitados às respetivas instâncias.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Vou repetir as perguntas que fiz à Câmara Municipal, para as quais não obtive resposta. Gostaria de saber qual o conhecimento detido pela Câmara relativamente ao retrato da atual realidade social e económica, qual o número de desempregados no concelho, o número de beneficiários do RSI em Angra, os casos de pobreza que estão sinalizados e a realidade quanto a novos pedidos de ajuda financeira e social que têm chegado à Câmara Municipal. Gostaria de ouvir da Câmara Municipal que propostas ou medidas tem para fazer face a esta situação de crise.

Não precisamos que o PS nos diga que a Câmara está atenta, porque nunca criticámos esse facto e nem é feita nesta proposta qualquer crítica à atuação da Câmara. Para podermos contribuir de uma forma mais assertiva para o desenvolvimento social e económico do nosso concelho precisamos de trabalhar com alguns dados; com o devido respeito, como não sou funcionário da segurança social nem dos serviços de estatística, não tenho acesso a eles.

Há dados divulgados publicamente do ponto de vista regional que não estão desagregados como dizia o professor Manuel Conde e precisamos de uma informação fidedigna do que é o nosso concelho em termos de dados estatísticos.

O senhor deputado António Alves, enquanto representante da ANAFRE, disse que há um aumento de pedidos de ajuda às juntas de freguesia e vemos todos os dias nos jornais os presidentes das instituições de solidariedade social dizerem que cada vez lhes aparecem mais pessoas à porta a pedir roupa e comida.

Hoje em dia já não somos confrontados com pessoas a pedir esmola para comprar um maço de tabaco; há pessoas na rua que nos pedem para comer e outras vão bater-nos à porta a pedir comida para os filhos, como, por exemplo, nos bairros sociais do Lameirinho e da Terra Chã e em outras zonas ainda mais problemáticas do concelho.

Ninguém está aqui a criticar ou a afirmar que a Câmara Municipal se está a «marimbar» para o assunto; estou a perguntar qual o retrato que a Câmara tem da realidade do concelho porque, uma coisa é termos um conhecimento empírico do que se passa, a outra é termos dados concretos para podermos contribuir para o desenvolvimento do concelho e fazer face às situações com que somos confrontados todos os dias.

Desculpem-me a sinceridade mas a Câmara Municipal não está alheia porque até meteu mais uma dezena de trabalhadores através do programa RECUPERAR e se o fez é porque alguém criou essa possibilidade. Adjudicou 2 ou 3 obrinhas de pequena monta para os empreiteiros de pequena escala porque é esse o seu dever mas... e que mais?

**Sr. presidente da Câmara:** – 2 ou 3 obrinhas?...

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Oh, senhor presidente, não vamos voltar à situação desagradável da anterior Assembleia Municipal; por favor! Ninguém o interrompe e o senhor tem este péssimo hábito de interromper quem está a falar. Fiz-lhe perguntas, o senhor não respondeu e agora está a intrometer-se na minha discussão com a bancada do seu partido. Se quer ser educado, responda às questões que lhe coloquei!...

**Sr. presidente da Câmara:** – Eu não vou responder...

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Com o devido respeito, é de extraordinária deselegância! Com isso o senhor presidente conseguiu o que queria que foi, quebrar-me o raciocínio. Muito obrigado.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Não está aqui nenhuma acusação nem qualquer crítica à atuação da Câmara Municipal mas também não consta na proposta a intenção em fazer-se um registo sobre o passado, comparações, estudos bibliográficos ou conclusões como referiu a senhora deputada Isabel Berbereia. Estamos a propor uma ação concreta que visa conhecer a



realidade do problema e definir uma estratégia municipal de combate à pobreza e de apoio às empresas.

Para se atacar um problema, nada melhor do que conhecer a sua realidade. Numa das primeiras reuniões desta Assembleia tive a oportunidade de perguntar ao senhor presidente da Câmara qual o valor da taxa de desemprego no concelho e o senhor presidente respondeu que não sabia.

Não sendo especialista na área, se eu tiver um solo contaminado e quiser proceder à sua descontaminação, terei que conhecer a real escala dessa contaminação. O que estamos a pedir é que se estude essa escala para que a Câmara possa calibrar os seus orçamentos e planos de ação.

Como posso ajudar os pobres do concelho se não sei quantos são, quantos desempregados existem, quantos recebem o RSI ou quantas empresas têm dificuldades? Se a Câmara não sabe nada disto, tenho dúvidas que possa elaborar um plano de atuação preciso para atingir o cerne do problema. A situação é de emergência e requer uma atuação de emergência.

**Sra. d. m. Isabel Berbereia:** – Reforço uma ideia e ao mesmo tempo lanço um apelo de cautela a cada um de nós aqui presente e às instituições que representamos, nomeadamente à Câmara e felicita-la pelas suas ações, porque seria um erro crasso do concelho isolar medidas e atuar sozinho.

Não pode nem deve ser a Câmara a pensar isoladamente este problema multisectorial. A Câmara deve ser uma parceira preocupada e participativa como tem sido e disponibilizar recursos para complementar políticas estratégicas que não devem incidir apenas no concelho de Angra, da Praia, das Velas, de Santa Cruz da Graciosa, etc.

As ações só terão sucesso se forem articuladas. O Governo tem esses números, tem medidas direcionadas para as empresas, para as indústrias, para a manutenção de postos de trabalho e para a criação de novas empresas. Vemos muitas lojas a fechar em Angra mas, se repararem, há muitas outras e pequenos comércios que abriram.

Há pessoas muito empreendedoras neste concelho que têm criado o seu próprio emprego e recrutado outros trabalhadores com medidas de política nesta primeira fase mas a Câmara facilita em termos de licenciamentos, como já foi aprovado nesta Assembleia, com o alargamento dos horários da praça do mercado e os concursos que têm sido feitos para promover o empreendedorismo e a criação de pequenas empresas. O que chamam a isto? Não são medidas ativas de criação de emprego? Se não são, não sei onde vão inventar outras que o sejam.

Temos que ser inovadores em complementaridade e não agir em atos isolados porque estaríamos a alimentar instituições e capelinhas que nunca resolveriam os nossos problemas estratégicos. Se atuarmos unicamente na emergência, não estamos a trabalhar para o futuro.

**Sr. d. m. Péricles Ortins:** – Não havia a intenção de se criar uma situação de polémica mas pelos vistos assim aconteceu. Na sequência da intervenção da senhora deputada Isabel Berbereia houve outras iniciativas ao nível do parlamento regional com debates de urgência sobre emergência social e não estamos a querer resolver o problema em Angra isoladamente, porque ele existe em toda a região, a nível nacional e, se calhar, europeu.

As situações nacionais devem ser tratadas a um nível global, as questões de emergência social regional foram chamadas ao debate mas nós, município de Angra, também devemos participar começando por conhecer a real dimensão do problema; se entenderem que esta não é a forma mais correta vamos tentar outras. A intenção era estudar e perceber para depois propor uma estratégia, tendo em conta esse levantamento, mas fica à vossa consideração.

**Sr. d. m. João Tavares:** – O estudo não deixa de ser interessante mas acho que o mais importante é ajudar quem precisa no momento. Acho que a Câmara fez muito bem em recrutar cerca de 200 pessoas do concelho para lhes dar trabalho e um ordenado porque não tinham qualquer rendimento para sobreviver.

Há pouco tempo, de acordo com a nova lei, foram disponibilizados 300 000 ou 400 000 euros às juntas de freguesia para contratarem empresas locais e assim dinamizarem a economia; penso que este foi um bom contributo social.

A Assembleia de Freguesia do Porto Judeu criou há algum tempo o núcleo de ação social porque nos compete a todos ajudar o próximo. Reunimos todas as coletividades da freguesia, fazemos levantamentos das necessidades das populações e direcionamos para as diversas entidades incluindo a Câmara, que tem prestado o seu apoio de acordo com as suas capacidades financeiras.

Temos recursos limitados, infelizmente não podemos acudir a todos quantos que nos vêm bater à porta mas, mais do que estudos, precisamos é de agir o mais rápido possível porque as carências existem.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Não percebi muito bem a intervenção da senhora deputada Isabel Berbereia porque já foram hoje aqui discutidas e aprovadas várias questões relacionadas com o apoio social, nomeadamente habitações aos mais desfavorecidos, teleassistência, etc., etc.

Não vou fazer uma descrição exaustiva dos variadíssimos projetos de apoio de carácter social que esta Câmara levou a cabo mas apercebi-me que existia um plano de apoio que garantia a não exclusão social ou qualquer coisa assim.

Os problemas sociais podem ser resolvidos a vários níveis, há muitas questões que são governamentais, umas a nível regional, outras a nível nacional mas isso não invalida que não haja uma intervenção a nível municipal.

Não percebi se a senhora deputada estava a querer dizer que esta proposta não era válida porque existem outras medidas a nível mais global e a Câmara não tinha que o fazer. Não sei se a senhora deputada tem esses valores e o senhor presidente da Câmara não os tem ou se o senhor presidente da Câmara não os quer apresentar porque decidiu amuar.

Não percebi bem o que se passou aqui mas seria interessante sabermos o que se passa em relação ao município de Angra até porque os valores de pobreza e exclusão social não são proporcionais, transversais e iguais em todas as realidades. Esta é uma realidade nova, tem havido um aumento de pobreza e não sei se o concelho de Angra é dos mais ou menos afetados.

Faz todo o sentido que tenhamos a noção da nossa realidade e não percebo a argumentação que foi defendida. As relações pessoais não nos dão uma verdadeira dimensão da realidade social, senhor vereador.

**Sra. d. m. Irina Pimentel:** – Boa tarde, senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados. Intervenho apenas para dar um reforço aos argumentos apresentados pela doutora Isabel Berbereia porque compreendo o seu ponto de vista.

Penso que esta proposta seria muito mais simples se fosse uma sugestão de recolha de dados que já existem porque, como ela disse e bem, há entidades responsáveis por esta matéria. O Instituto de Desenvolvimento Social dos Açores, a Agência para a Qualificação e Emprego, entre outros podem fornecer essas informações em reunião concertada com os membros da Câmara.

Penso que, numa época de austeridade e contenção que estamos a viver, pelo menos do ponto de vista da realidade das juntas de freguesia que melhor conhecemos, a duplicação evidente de recursos e trabalho proposta pelo grupo municipal do PSD parece-nos um desperdício de grande dimensão.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Agradeço a intervenção do senhor presidente da junta de freguesia do Porto Judeu porque veio dar razão às pretensões desta proposta quando disse que foi criado um núcleo de apoio social na sua freguesia para tomar conhecimento das dificuldades das pessoas e agir em conformidade. Esta proposta vai nesse sentido, não contávamos que gerasse tanta polémica mas isto é viver em democracia.

**Sr. presidente da Câmara:** – Esta não é uma proposta da Câmara, os grupos parlamentares têm a liberdade de fazer o debate da maneira como entenderem mas da nossa parte há uma grande preocupação em relação às questões sociais que não se alteraram muito desde o debate da campanha eleitoral que precedeu a elaboração das diversas propostas e estratégias de governação autárquica.

Quanto aos dados, pelas funções que exerço, terei mais algum conhecimento do que outros mas não me considero detentor de todo o conhecimento. Há números que nos deixam a pensar, existe uma realidade iniludível que vemos todos os dias mas creio que não estamos em tempos de estudos.

Há uma estratégia definida que foi sufragada nas urnas e temos que a executar, há um conjunto de compromissos que são públicos, foram publicados e distribuídos a todas as casas deste concelho e a obrigação deste executivo é dar-lhes execução.

Por outro lado, estas propostas não deixam de ser um pouco irónicas porque parecem aqueles incêndios provocados pelo bombeiro para depois estudar como o deve apagar. Quem se meteu a dizer que tínhamos que ser mais austeros que a *troika* deveria ter pensado que o incêndio poderia tornar-se um bocado grande e queimar mais do que se previa e cabe agora à Câmara fazer renascer das cinzas o que foi queimado.

Em vez de estudos, precisamos é de mais ação e esse dinheiro há de ser empregue a bem das necessidades sociais do concelho. Para além dos trabalhadores empregues diretamente através dos programas ocupacionais, a Câmara tem feito um enorme esforço no sentido de contratar tudo o que pode localmente, se possível dentro do concelho. Nesta altura temos 2 boas dúzias de obras em curso, todas com pequenos empreiteiros e gente da terra a trabalhar.

Estamos todos em unísono a tentar criar emprego em colaboração com todas as juntas de freguesia, independentemente do partido a que pertencem, todas aderiram com muita qualidade a este processo, apresentando excelentes iniciativas e todo o dinheiro possível de reunir nessa fase foi distribuído assim. É por aí que as coisas começam e temos que agir porque a grande maioria dos problemas sociais tem a sua raiz na falta de emprego.

É esta a estratégia do nosso programa eleitoral que está a ser seguida pela Câmara e pelas juntas de freguesia, todo este trabalho é mérito de todos nós e fiquei extremamente grato a todas as juntas de freguesia deste concelho pela adesão com muita energia, vontade e pelos projetos de elevada qualidade. Se continuarmos assim vamos, pelo menos, reduzir os danos porque o incêndio é grande.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – O senhor presidente referiu a *troika* e referiu bem e gostava apenas de lembrar que partido levou o país à situação em que está e nos obrigou a recorrer ...

**Sr. presidente da Câmara:** – Esse bezerro também é meu; já o tenho no meu quintal há dias.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Tento não interromper as outras pessoas e agradeço que não me interrompam também. Já notei há pouco que, de facto, o senhor presidente tem este hábito

de interromper. Não estou aqui para lhe chamar a atenção mas o senhor deve honrar o cargo que ocupa e dar o exemplo aos seus colegas de bancada porque estas interrupções não dignificam esta Assembleia e estamos todos empenhados em resolver um problema do concelho...

*(Interrompido pelo senhor deputado António Toste).*

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Como homem do campo vou socorrer-me do ditado popular: «Quando um burro fala os outros baixam as orelhas.» Não sei onde o senhor deputado António Toste arranjou este hábito de interromper as pessoas mas, sem desmérito para o animal em questão, não queria transformar isto num circo e lembro o senhor deputado que até no circo existem animais desses bem comportados. Apenas lhe peço algum respeito enquanto falo e o senhor terá a oportunidade de falar a seguir.

O que está em causa nesta proposta é uma atuação excepcional num concelho que está a passar por graves dificuldades. O senhor presidente da Câmara diz que tem acesso a alguns números na qualidade de presidente e volto a fazer-lhe a pergunta que fiz na primeira sessão desta Assembleia: qual é a real taxa de desemprego no concelho de Angra?

**Sr. d. m. João Tavares:** – A senhora deputada Rita Andrade mencionou o meu nome mas quero deixar bem claro que não sou a favor do estudo; o que eu disse é que temos de agir e temos que o fazer desta forma.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Vou ser muito breve mas gostaria de ir um pouco mais longe em relação aos apartes e picardias políticas que aqui têm ocorrido. De uma simples proposta de maior objetividade e levantamento estatístico das necessidades sociais do concelho de Angra, passou-se para uma discussão banal de baixo nível político e de tremenda ignorância histórica.

Eu e o meu amigo Ricardo Barros talvez sejamos os únicos em melhores condições históricas de avaliar a situação do país que somos e as elites que nos têm governado nos últimos 150 anos. Convém que os senhores tenham a noção de que os problemas financeiros dos governos portugueses têm sido uma constante histórica nos últimos 150 anos.

No fim do século XIX a monarquia decrépita ajoelha-se perante a Inglaterra, aceita o ultimato de 1890 e cai em bancarrota; isso ajudou um pouco o movimento republicano juntamente com o assassinato do rei, passou-se para a república, ficámos todos contentes e entrámos em democracia. As elites democráticas portuguesas fizeram o favor de tomar medidas muito interessantes no papel, na maior parte dos casos não concretizadas em virtude de circunstâncias externas.

Já não era a crise americana do *subprime*, era a 1ª Guerra Mundial e também entrou em bancarrota o que, a médio prazo, fez nascer um indivíduo chamado António de Oliveira Salazar que, em 1928 vai para o ministério das finanças depois do golpe de 28 de maio de 1926. Assim, chupámos o António de Oliveira Salazar durante 48 anos por ineficácia e incapacidade dos democratas da primeira república que nunca criaram consensos nem souberam viver em democracia e levar o país avante. Por curiosidade, essa dívida externa levou cinquenta e tal anos a pagar. Já o Salazar, felizmente, caía da cadeirinha e ainda estávamos a pagar a dívida da primeira república.

Acho que o senhor presidente da Câmara é um homem culto, embora mais voltado para as ciências e a questão do bombeiro parece recorrente em Portugal; temos uns bombeiros que gastam perdulariamente e sem critério e são motivo de chacota internacional por parte dos países mais evoluídos. Esses bombeiros têm nomes, existem no princípio do século XIX, na primeira parte do século XX e no pós 25 de abril.

A culpa do país que somos é de todos nós e das elites que temos, elas sim, os tais bombeiros que deitam fogo, depois «Oh tio, oh tio!...» e alguém há de resolver o assunto.

**Sr. presidente da Mesa:** – Muito obrigado, senhor deputado Manuel Conde; só se esqueceu do período de Sidónio Pais antes do Salazar numa ditadurazinha que, felizmente, durou pouco tempo.

Para que não fiquemos com a ideia de que este é um problema apenas português, é preciso lembrar que não há país do mundo que não tenha uma enorme dívida pública a começar pelos Estados Unidos da América.

Toda a gente sabe que a *troika* veio porque não se quis assinar o PEC 4 e a senhora Merkl estava numa de ajudar como aconteceu em Espanha em que fizeram a intervenção junto da banca e não junto do governo; tudo isto tem uma série de enquadramentos e temos também o problema norte/sul.

Agradeço ao senhor deputado Manuel Conde que trouxe aqui uma questão extremamente importante para não ficarmos com o «Complexo de Édipo» de que a culpa é só nossa e somos uns desgraçadinhos, porque não somos.

**Sr. d. m. António Toste:** – Exma. Mesa, Exma. Câmara, senhores deputados, boa tarde a todos. Como toda a gente sabe, os apartes são regimentais desde que as pessoas se respeitem mutuamente. O senhor deputado Francisco Câmara deve ter percebido mal porque o meu aparte não lhe foi dirigido.

Na sequência da conversa entre o senhor presidente da Câmara e a senhora deputada Graça Silveira, fiz o aparte de que o bezerro podia ficar na Ribeirinha porque há lá boas pastagens: «Restou para mim que tenho que levar o bezerro para a Ribeirinha».

Não sei em que é que o ofendi nem acho que interferi na sua intervenção porque nem me referi a si; no entanto, o senhor considerou-se burro e chamou-me burro. Burro não sou; se o senhor é, isso é consigo! Estamos entendidos?

*Não se registando mais intervenções, posta à votação, a Proposta constante do Ponto 2.1 foi rejeitada com 23 votos contra (22 do PS e 1 do d. m. independente) e 14 votos a favor (11 do PSD e 3 do CDS-PP).*

**2.2 – Recomendação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, no sentido de a Câmara Municipal proceder à realização de um levantamento de necessidades formativas com vista a combater a lacuna no que se refere à formação dos colaboradores da Edilidade, advertindo para a necessidade de todos os seus colaboradores participarem, pelo menos uma vez por ano, numa ação de formação.**

**Sra. d. m. Elsa Costa:** – Com vista à melhoria dos serviços e organismos da administração pública, o decreto-lei 50/98 de 11 de março vem definir como objetivo estratégico, a qualificação, dignificação, motivação e a profissionalização dos recursos humanos. Para tal e face ao direito de formação profissional contínua de todos os colaboradores, as entidades empregadoras devem adaptar mecanismos para a sua efetivação.

Segundo o relatório de prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo referente a 2013, verificou-se que, de um total de 248 colaboradores, apenas 36, o correspondente a 14,5%, participaram nas 19 ações de formação realizadas.

Cientes do papel determinante que a administração autárquica desempenha no quotidiano dos municípios, esta deve melhorar o desempenho profissional dos seus colaboradores, fomentando a sua criatividade, inovação, iniciativa, espírito crítico e qualidade.

Assim, cabe à autarquia realizar diagnósticos de necessidades de formação, auscultando os seus colaboradores e respetivas chefias, bem como promover ações de formação estimulantes e diversificadas, contribuindo para uma melhor eficiência e eficácia dos serviços e realização pessoal.

Face ao exposto, o grupo municipal do PSD vem recomendar à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a realização de um levantamento de necessidades formativas com vista a combater a lacuna detetada, advertindo para a necessidade de todos os seus colaboradores participarem, pelo menos uma vez por ano, numa ação de formação.

**Sra. d. m. Marília Vargas:** – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

O grupo municipal do PS também estranhou estes números; é estranho que, dos 248 trabalhadores da autarquia, apenas 36 tenham realizado formação e apelamos à Câmara que faça um diagnóstico para tentar perceber a razão da escassez destes valores. Por essa razão vamos votar a favor da recomendação.

**Sr. presidente da Câmara:** – Este número é, de facto, muito pequeno. Da parte da Câmara há todo o interesse em acatar esta recomendação e criar um programa de formação adequado às nossas necessidades até porque isso milita a favor da produtividade e capacidade da autarquia. É com bom grado que encaramos esta Recomendação.

**Sr. vereador Guido Teles:** – Ao que foi dito pelo senhor presidente, acrescento que, apesar da inexistência de um plano de formação elaborado com base nas necessidades de cada departamento, a verdade é que já foi comunicado a todas as chefias que indicassem quais as formações julgadas mais importantes para os respetivos departamentos.

Por outro lado, todos os planos de formação chegados ao conhecimento da vereação e do pelouro dos recursos humanos têm sido divulgados por todos os colaboradores, dando a oportunidade a que todos frequentem as ações de formação que sejam realizadas em Angra, porque não temos disponibilidade orçamental para pagar formações fora do concelho.

Sempre que surge algum tema sujeito a revisão legislativa, num assunto importante para a autarquia, temos solicitado ao governo, neste caso à DROAP, para que faça o esforço de realizar formações na Terceira e as pessoas as possam frequentar. Nada temos contra a aprovação desta recomendação porque vai de encontro ao que pretendemos.

**Sra. vereadora Catarina Matias:** – Tem havido uma grande lacuna nas ações de formação propostas à autarquia; os colaboradores têm recebido formações obsoletas e são sempre as mesmas. Não vou elencar as que provêm através dos sindicatos ou por outros meios mas os funcionários da autarquia já estão fartos de receberem as mesmas formações que já não trazem qualquer mais-valia.

Como essas formações são importantes para evoluirmos e podermos prestar um melhor atendimento aos nossos munícipes e uma vez que há dificuldades financeiras para que os colaboradores da autarquia possam receber formação noutras ilhas ou no continente, onde são fantásticas e visto que os colaboradores já cumpriram as que são ministradas cá, se calhar, como referiu o senhor vereador Guido Teles, seria importante perceber junto das diversas chefias, quais os temas importantes para cada uma delas no sentido de se pagar uma viagem aérea a um único formador que cá viesse ministrar essa formação a cada chefia.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Registo com agrado o facto de o senhor presidente da Câmara e a bancada do PS acolherem esta recomendação que pode parecer mesquinha mas poderá ter um grande impacto na eficácia da Câmara e na própria motivação dos seus colaboradores. Não sei qual o valor gasto em formações o ano passado, sei que se situou na

casa de alguns milhares de euros mas foi francamente reduzido face ao orçamento da autarquia.

As formações não têm que ser feitas lá fora como disse a senhora vereadora Catarina Matias; podem ser feitas cá com a vinda de formadores por apenas algumas centenas de euros e pode recorrer-se também à mão de obra interna de trabalhadores da Câmara que se disponibilizem para tal.

Estou convencido de que todos ficarão admirados com a capacidade de algumas pessoas para darem formação e com o que poderão ensinar aos outros. Inicialmente este processo poderá parecer um pouco intimidatório, estranha-se mas depois acaba por se entranhar.

*Não se tendo registado mais intervenções, após votação, a **Recomendação constante do Ponto 2.2 foi aprovada por unanimidade.***

### **3 – VOTOS CONJUNTOS DOS GRUPOS MUNICIPAIS: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA E CDS-PP**

#### **3.1 – Voto de Protesto conjunto dos Grupos Municipais do Partido Social Democrata e do CDS-PP pela quebra da promessa eleitoral de construção do Cais de Cruzeiros de Angra do Heroísmo.**

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – *«A construção de um cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo foi uma das maiores promessas eleitorais do Partido Socialista realizada nos últimos anos para o concelho de Angra do Heroísmo. A primeira vez que tal promessa foi feita aos eleitores deste concelho foi na campanha eleitoral para as eleições regionais de 2008, ganhas pelo Partido Socialista.*

*Em junho de 2009, na campanha eleitoral para as autárquicas do concelho de Angra, Andreia Cardoso candidata socialista ao lado de Carlos César, então presidente do PS Açores e presidente do Governo Regional que apoiou e apadrinhou o compromisso, assegurou que a construção do cais de cruzeiros na baía da cidade património mundial por classificação da Unesco era uma prioridade, assumindo assim esta bandeira eleitoral.*

*Em outubro de 2009, dias antes das eleições autárquicas, Carlos César reconfirmou a decisão final de construir o cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo.*

*Em novembro de 2009 o Governo Regional foi confrontado pela oposição no parlamento dos Açores com um pedido de apresentação dos estudos que fundamentavam a decisão de construção e localização do cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo, sua viabilidade e custo previsional do total da obra.*

*Em janeiro de 2010, na resposta que enviou à oposição parlamentar, o Governo Regional socialista indicava que a construção do terminal de cruzeiros de Angra era um compromisso assumido pelo Partido Socialista no círculo eleitoral da ilha Terceira nas eleições de outubro de 2008. Este empreendimento integraria a estratégia de futuro prevista no programa do XX Governo dos Açores para o transporte marítimo de passageiros e para o turismo de cruzeiros da região.*

*Em fevereiro de 2010, Vasco Cordeiro, então secretário da economia e hoje presidente do Governo Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo e no primeiro de um ciclo de debates organizados pelo Instituto Histórico da ilha Terceira, considerou que o cais de cruzeiros era o ponto de partida para a valorização turística de Angra como destino de cruzeiros bem como da potenciação do estatuto de património mundial, permitindo a sua afirmação como*

*destino turístico. Referiu ainda que a decisão do investimento resultava da constatação de que Angra do Heroísmo possuía características únicas para o turismo de cruzeiros.*

*Acrescentou ainda nesse mesmo fórum ter em sua posse estudos que garantiam e mostravam que o projeto tinha viabilidade económica e que seriam salvaguardadas as questões de arqueologia e a sua proteção.*

*Em dezembro de 2010, Carlos César anunciou que já tinha pronto o estudo prévio para o terminal de cruzeiros em Angra do Heroísmo. Tais estudos foram executados exclusivamente na perspetiva da construção do cais de cruzeiros na baía de Angra e em mais nenhum outro local; a decisão estava tomada, era definitiva e irrevogável.*

*Em outubro de 2011, Vasco Cordeiro anunciou o arranque da requalificação da baía de Angra do Heroísmo para o ano 2012, obra que arrancou e deveria ter ficado concluída em 2013 mas que ainda decorre. No mesmo mês, poucos dias depois, Vasco Cordeiro anunciou o adiamento da construção do cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo para a presente legislatura.*

*Em junho de 2013 foi publicado um dos mais importantes documentos orientadores do XXI Governo Regional dos Açores, a Carta Regional das Obras Públicas onde, na página 31, consta a construção do cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo para o primeiro semestre de 2015.*

*Estranhamente, depois de todo este epílogo, no dia 24 de fevereiro de 2014, o Governo Regional dos Açores anunciou, através do Secretário Regional do Turismo e Transportes, que já não vai concretizar uma promessa com anos e por conseguinte, avançar com a empreitada de construção do cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo sem adiantar quaisquer explicações técnicas ou políticas.*

*Para os sucessivos governos regionais socialistas a prática tem sido a de prometer tudo e cumprir pouco tardiamente no concelho de Angra do Heroísmo. Recorde-se que, para investimentos como o hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, o Laboratório Regional de Veterinária, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo e o Parque de Exposições da ilha Terceira, o tempo médio de espera dos angrenses em particular e dos terceirenses em geral pela concretização objetiva destas promessas nunca foi inferior a 8 anos, ou seja, 2 mandatos de atraso.*

*A estes atrasos e adiamentos somam-se outros casos mais graves como as bandeiras eleitorais que simplesmente não são cumpridas. Os compromissos são assumidos, propagandeados com pompa na comunicação social, geram expectativas e debates na sociedade mas, lamentavelmente, sofrem atrasos, adiamentos ou pura e simplesmente são cancelados sem justificação.*

*A decisão da não construção do cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo fez espoletar uma onda de indignação na sociedade angrense contra o incumprimento de muitas promessas socialistas feitas aparentemente com o único objetivo de ganhar eleições.*

*A consequência a que temos vindo a assistir é a de um esvaziamento progressivo do concelho de Angra do Heroísmo e da ilha Terceira, política e economicamente.*

*Independentemente das diferentes posições políticas assumidas sobre a concretização de tão grande promessa eleitoral socialista, a nobreza que deve caracterizar a atividade política não se alcança com embustes nem com decisões de cancelamentos de compromissos sem cabais esclarecimentos.*

*Nesse sentido e dado o potencial de investimento anunciado para o concelho na ordem dos 65 milhões de euros e agora cancelado, não é possível que qualquer cidadão possa aceitar de*



*ânimo leve a decisão de cancelamento de um compromisso eleitoral da governação socialista dos Açores que poderá assumir contornos do maior embuste aos municípios do concelho de Angra do Heroísmo sem precedentes na nossa recente história autonómica.*

*Assim, ao abrigo do disposto na alínea p) do artigo 56 do regimento da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, os grupos municipais do PPD/PSD e do CDS-PP propõem a aprovação do seguinte voto de protesto:*

*“A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo protesta veemente pela forma como os principais responsáveis pelo Partido Socialista dos Açores e os anteriores presidentes de Câmara de Angra do Heroísmo, que se associaram à promessa de construção do cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo, ardilosamente utilizaram tal promessa eleitoral para se sufragarem sucessivos atos eleitorais, bem como pela forma inusitada e injustificada como se revogou um compromisso eleitoral para o concelho de Angra do Heroísmo, defraudando as expectativas legítimas criadas nos seus habitantes e agentes económicos.”*

*Deste voto deverá ser dado conhecimento ao presidente do Governo Regional dos Açores, ao Conselho de Ilha da Terceira, à Assembleia Municipal da Praia da Vitória e à Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.»*

**Sr. d. m. António Toste:** – Este mandato camarário comemora hoje 6 meses de vida. Já se falou muito, criticou-se muito mas ninguém valorizou o trabalho que a Câmara tem feito nestes últimos 6 meses; falo por mim e pelo que ouço na rua porque as pessoas acreditam no trabalho que tem vindo a ser feito.

Critica-se por tudo e por nada, porque não se fez e devia ter-se feito ou porque se fez e não se devia ter feito, como o caso do mercado duque de Bragança que agora, pelos vistos, abre horas a mais. Há sempre algo a dizer; nunca se fala do que está bem mas não são as oposições que o devem fazer; as pessoas que votaram é que avaliam o trabalho feito por esta Câmara.

Dirigindo-me agora ao senhor deputado Francisco Câmara relativamente à sua intervenção da parte da manhã a respeito do valor das transferências da Câmara para as juntas de freguesia, é bom lembrar que as câmaras não são obrigadas a fazer essas transferências e se entendem fazê-lo é por delegação de competências; a Câmara de Angra já o faz há muitos anos e deve ser das autarquias que melhor o faz ao nível da região, senão a melhor.

Disse-o há pouco e vão voltar a ouvir: mau foi o vosso governo da república ter cortado 20% às juntas de freguesia em tão pouco tempo, o que equivale a milhares de euros e todos os anos nos tiram dinheiro; isso é que está mal! O que é que os senhores fizeram perante o vosso Governo da República e o vosso primeiro-ministro? Fizeram alguma coisa em benefício das juntas de freguesia dos Açores? Devem ter feito zero!

É bom lembrar que, quando se critica por um lado, tem que se ver também o outro. Os senhores só sabem criticar, vão-se deixando levar ao sabor da maré e é por essa razão que não ganham eleições.

Falando agora do voto de protesto, não nego que fui e sou a favor do cais de cruzeiros, continuo a dizer o que disse anteriormente mas, dada a situação do nosso país, se a obra avançasse, os mesmos senhores que criticam por não se fazer, criticariam que se estaria a esbanjar dinheiro e não se fazia nada pelas famílias em dificuldades.

Penso que este governo teve a consciência plena do que estava a fazer. Como a situação do país e da região evoluiu por um caminho diferente, o Governo inverteu o rumo e prescindiu de uma grande obra para apoiar as famílias e as empresas em dificuldades; foi o que aconteceu e é bom que quem governa tenha esse discernimento. Um bom governante é aquele que percebe a cada momento quando deve mudar de estratégia e tem a coragem de o fazer; este Governo teve essa coragem e os senhores certamente não a teriam.

Num fórum que houve na Santa Casa da Misericórdia, o senhor António Ventura, (que não está aqui hoje), enquanto deputado regional do PSD e vereador da Câmara de Angra manifestou-se, manifestou-se claramente contra a construção do cais de cruzeiros e hoje os senhores são capazes de fazer um voto de protesto; isso é lamentável! Há uns anos os senhores eram contra o cais de cruzeiros e, como o Governo não o vai construir, agora são a favor.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – O senhor é que não sabe ler.

**Sr. d. m. António Toste:** – O senhor vai-me ensinar; há de dar-me uma explicação mais logo à noite, está bem?

Relativamente ao CDS-PP, vou ler o que disse o vosso líder Artur Lima no dia 9 de outubro às 15h21m, a 5 dias das eleições: «*A Terceira não precisa de um cais de cruzeiros, defendendo sim, a rentabilização do que existe em S. Miguel para que o desenvolvimento dos Açores seja harmonioso.*»

Este mesmo CDS-PP que, em 9 de outubro, era contra o cais de cruzeiros na ilha Terceira, defendendo a rentabilização do que existe em S. Miguel, essa gente que diz que esvaziamos a ilha Terceira para S. Miguel, faz hoje um voto de protesto e em março passado o professor Félix Rodrigues disse na Assembleia Legislativa Regional que defendia a construção do cais de cruzeiros na Praia da Vitória.

Afinal, em que é que ficamos? O senhor deputado líder do CDS-PP defende que o cais de cruzeiros deve ser em S. Miguel; o senhor deputado Félix Rodrigues defende que deve ser construído na Praia da Vitória e os senhores deputados que estão ali abanar a cabeça fazem um voto de protesto juntamente com o PSD. Os senhores não estão a favor nem contra coisa nenhuma, o que é lamentável e andam ao sabor da maré.

Há uma coisa que os senhores não perceberam mas eu vou explicar: não são as oposições que ganham eleições mas sim quem tem o mérito de mostrar trabalho feito. O povo avalia esse trabalho, vota e ganha ou, quem governou, perde por demérito se não foi capaz. Não é a oposição que ganha eleições; metam isso nas vossas cabeças para ver se as ganham daqui a 20 anos!

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – O senhor deputado António Toste vai desculpar-me mas não deve ter ouvido bem o que acabei de ler; poderia ler o documento outra vez mas seria cansativo. Em nenhum momento deste voto de protesto é referido que somos contra ou a favor do cais de cruzeiros; eu sou contra mas é apenas a minha opinião e estamos a protestar contra a quebra injustificada de uma promessa e de uma bandeira eleitoral que vem de 2008.

Não me venha o senhor deputado falar dos problemas financeiros da região porque, como se não bastasse o facto de ser meu vizinho, vejo no Diário Insular dia sim, dia não, a fotografia do senhor vice-presidente do Governo Regional (que é do seu partido), a falar de *superavits*, que a região não contribui para o défice da república e estamos todos de parabéns.

O argumento de que não há dinheiro e palminhas para o governo que resolveu não fazer esta obra não cola neste contexto, porque o seu vice-presidente e responsável pelas contas da região é que diz...

*(Alguns risos e comentários na sala).*

Oh, senhor presidente; eu não estou em posição de me enervar. Já não é a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira que isto acontece. Não sei se as minhas intervenções têm piada mas estou aqui a fazer um trabalho sério. Se é para estarem a fazer graças, arrumo as coisas e vou-me embora porque não preciso disto. Eu não preciso disto para nada!

Agradeço que tenham a dignidade de me ouvir quando estou a falar da mesma maneira como também o faço quando alguém fala. O senhor presidente da Câmara tem tido uma falta de respeito para comigo que não tenho palavras...

**Sr. presidente da Câmara:** – Eu estava apenas a comentar a beleza de um membro do governo.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – O senhor estava a comentar enquanto eu falava. Isso não me interessa; se quer comentar a beleza de alguém pede depois a palavra para o fazer. É muito desagradável quando se está a falar e a ouvir ruídos de fundo ao mesmo tempo; vou fazer-lhe o mesmo para ver se o senhor gosta!

**Sr. presidente da Câmara:** – Se for ao parlamento vai ver que é assim.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Não faço tenções de ir para o parlamento!

**Sr. presidente da Mesa:** – Faça o favor de concluir, senhora deputada.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Vou concluir porque, mais uma vez, eles atuam para a gente perder o raciocínio. Dou a minha intervenção por concluída porque já não sei a quantas andava.

Agradeço que o senhor deputado António Toste leia o documento antes de o criticar, porque em nenhum momento se diz que somos contra ou a favor da construção do cais de cruzeiros. Estamos contra a posição do Governo em ter cancelado a execução de uma obra sem dar qualquer justificação aos angrenses e à região.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Não está em causa se somos a favor ou contra o cais de cruzeiros e o que está em causa é um processo. Reforçando o que disse a minha colega de bancada, não será certamente por falta de dinheiro que a obra não se realiza porque todos os dias são anunciados *superavits* e o crescimento da riqueza regional em relação à média europeia.

A obra foi sempre apresentada como fazendo sentido e fundamentada em estudos que indicavam que aquele seria um bom investimento para Angra; os argumentos apresentados são válidos porque a cidade precisava de um estilo de turismo diferente e o turismo de cruzeiros parece adequar-se a essa realidade. Devemos optar por um turismo diferenciado e mais cultural.

É dramático que esse argumento seja apresentado por um atual presidente regional durante tantos anos e que, de repente e sem qualquer justificação, venha dizer que o cais de cruzeiros afinal não se faz e ponto.

O nosso voto de protesto é pelos 65 milhões de euros que não vão ser investidos na ilha Terceira, nem no cais de cruzeiros, nem noutra coisa qualquer. O que está em causa é um voto de protesto contra o procedimento que foi utilizado de real embuste aos habitantes deste concelho.

**Sr. d. m. Artur Machado:** – Gostaria de perceber se este é um voto de protesto ao Governo Regional ou à Câmara de Angra porque ainda não percebi bem quem quebrou a promessa.

**Sra. d. m. Marília Vargas:** – Vou acabar por repetir o que já foi dito na nossa bancada mas penso que não é admissível que os partidos que sempre se manifestaram contra a construção do cais de cruzeiros venham agora reclamar a sua construção sem apresentarem razões válidas que justifiquem esta súbita mudança de posição.

O que o Governo disse foi que o projeto que havia sido apresentado pelo anterior executivo não era viável dada a conjuntura económica em que vivemos, não inviabilizando liminarmente a construção de um cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo.

Já agora, queria dar os parabéns pelo 6º mês de mandato e desejar que este elenco camarário continue com o bom trabalho que tem feito até agora.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Está a parecer-me que os senhores deputados do Partido Socialista não conseguiram ler ou não entenderam o teor deste voto de protesto que é claro como água; protesta contra um governo e essencialmente contra um partido que, durante vários anos e sucessivos atos eleitorais, foi sufragado maioritariamente pelo povo de Angra do Heroísmo e da ilha Terceira com base numa grande promessa eleitoral, tão grande que custava somente 65 milhões de euros.

Se os senhores se sentiram bem na pele dizendo em campanha que queriam e iam fazer um cais de cruzeiros e, meia dúzia de anos depois, dizem que vão fazer uma rampa *ro-ro*, estão de parabéns mas nós não nos sentimos bem com isso.

O CDS-PP, como muito bem lembrou o senhor deputado António Toste, sempre foi contra e continua a ser contra um cais de cruzeiros em Angra. Se fôssemos nós a governar, entendíamos em 2008, como entendemos agora, que existem no concelho de Angra e na ilha Terceira um conjunto de prioridades mais urgentes do que a construção de um cais de cruzeiros, até porque a experiência Cais de Cruzeiros/Portas do Mar em Ponta Delgada é o que é.

Alguma vez os senhores do Partido Socialista ou algum de nós, seja de que partido for, ouviu algum administrador nomeado pelo Governo para as Portas do Mar falar dos seus resultados operacionais? Alguma vez os senhores do Partido Socialista, qualquer um de nós aqui presentes ou alguém lá fora, viu um estudo de viabilidade económica que garantisse a sustentabilidade futura de 65 milhões de euros na baía de Angra do Heroísmo?... Este silêncio é a prova de que ninguém viu.

O que o CDS-PP disse e mantém é que havia prioridades para a Terceira e havia estruturas na ilha e no resto do arquipélago que deveriam ser potencializadas e rentabilizadas. Não há qualquer contradição entre o que foi dito por Artur Lima, 5 dias antes das eleições e o que disse Félix Rodrigues há 15 dias. Fomos e somos contra a construção de um cais de cruzeiros e sempre defendemos a rentabilização das estruturas existentes.

Foi feito um investimento na Praia da Vitória em gares marítimas de passageiros, em rampas *roll-on/roll-off* e em acessibilidades específicas para o transporte marítimo de passageiros e viaturas; está feito na Praia da Vitória e as Portas do Mar em Ponta Delgada são o que são. Rentabilize-se o que já temos, em vez de se duplicar capelinhas como as marinazinhas de Angra e a da Praia, isto, aquilo e aquele outro.

Gostaria de ler as declarações de Carlos César, um homem a quem todos reconhecemos o ter sabido governar esta região da forma como o fez. Em declarações ao telejornal da RTP – A, a 22 de outubro de 2009, o ex – presidente disse o seguinte: *«A opção do Governo Regional em matéria de construção de um cais de cruzeiros está tomada e localizada. Essa decisão foi de o construir junto ao Porto das Pipas, portanto, na baía de Angra do Heroísmo. Não há qualquer dúvida sobre esta matéria e os estudos a este respeito foram encomendados exclusivamente na perspetiva da construção do cais de cruzeiros na baía de Angra do Heroísmo.»* Portanto, a polémica não existe.

Esta é uma opção do Governo, já tomada pelo Governo, que faz parte do programa eleitoral do partido que o apoia e não percebo que possa ocorrer qualquer dúvida nem haverá qualquer alteração da decisão que já tomou. Que eu saiba, a única alteração foram os protagonistas, porque o partido é o mesmo e a situação financeira da região continua a ser elogiada por quem governa.

Só falta ao Partido Socialista utilizar o argumento: «*O Governo da República impingiu-nos aqui uma austeridade e não nos deixa fazer o cais de cruzeiros! Que maus!*» Com o devido respeito, é o único argumento que lhes falta utilizar.

Os senhores sentem-se bem com o facto de terem dado a cara lá fora aos angrenses quando andaram a fazer campanha pelo vosso partido para virem agora dizer que a situação mudou? Só falta dizer que a culpa é da república!

**Vozes na sala:** – E é.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Estamos perante mais um quadro comunitário de apoio que vai dar mais 1,5 mil milhões de euros à região e quando a comparticipação a esse tipo de obras até aumenta! Estamos a brincar?

Justiça seja feita porque não é a Câmara Municipal de Angra que está em causa, muito menos o seu presidente ou o atual elenco socialista; o que está em causa é o facto de se ter andado a enganar os angrenses e os terceirenses com a bandeira às costas durante anos a falar de cais de cruzeiros, de projetos, de maquetes, de numerozinhos, a prestar declarações e sessões públicas de esclarecimento para depois, numa velha sala de uma velha delegação de uma secretaria regional em Angra do Heroísmo, (e lamento que o senhor presidente da Câmara tenha ficado associado a este episódio triste da política), se venha dizer, sem água vai nem água vem, que afinal não há cais de cruzeiros e vamos fazer uma rampazita *ro-ro* para os barquitos que vêm da Calheta.

Com o devido respeito, esses barquitos servem à Calheta para os 60 000 que podem ir de cá para lá, porque, de lá para cá, não vem ninguém. Lamentamos que isso satisfaça os senhores deputados do Partido Socialista. O que está aqui em causa é um protesto contra um embuste, uma mentira e uma forma pouco séria de fazer política e de convencer as pessoas a votarem em vós.

Leio esta parte do voto que está na posse de V. Exas: «*A nobreza que deve caracterizar a atividade política não se alcança com embustes nem decisões de cancelamentos de compromissos sem cabais esclarecimentos.*» É só isso que está em causa.

Fomos e somos contra um cais de cruzeiros, mas fomos, somos e seremos contra as mentiras descaradas às pessoas, pura e simplesmente para se ganhar eleições. Chamo mentira porque não há uma justificação técnica, política e económica para cancelarem a vossa grande promessa e é por isso que o CDS-PP se associa ao PSD, protestando neste voto.

**Sr. d. m. João Tavares:** – Se vamos por esse caminho dos votos contra as quebras de promessas eleitorais, devíamos lembrar que o atual primeiro-ministro prometeu não subir os impostos e tem arrecadado muitos milhões de euros por dia, causando muitas carências sociais neste país. Sendo assim, esta bancada também devia apresentar um voto de protesto contra o atual primeiro-ministro pela quebra das suas promessas eleitorais.

**Sr. d. m. António Toste:** – Penso que o senhor deputado Pedro Ferreira não percebeu o que eu disse há pouco. O senhor Félix Rodrigues em março passado, no plenário, não disse que era contra a construção do cais de cruzeiros e defendia a sua construção na Praia da Vitória, aproveitando as infraestruturas existentes. O senhor deputado Artur Lima, enquanto candidato às regionais em 9 de outubro, defendia um cais de cruzeiros em S. Miguel e depois quem quer esvaziar a Terceira são os membros do PS!

Há contradições dentro do vosso partido pelas declarações dos senhores deputados que acabei de referir e eu pergunto como é que os senhores, que eram contra uma coisa, agora se acham no direito de apresentarem um Voto de Protesto! Se calhar, quem tinha que o fazer era eu porque era e sou a favor do cais de cruzeiros, mas não o faço porque compreendo a situação que vivemos neste momento. Não podemos comparar 2008 com os dias de hoje.

Enquanto presidente de junta, quando fazemos um manifesto eleitoral procuramos fazer o que a freguesia mais necessita e posso não conseguir cumprir os meus objetivos em 4 anos; por causa disso, sou mentiroso e enganei as pessoas? Os eleitores não votam em mim pelas promessas que fiz; fazem-no pela minha capacidade de trabalho, pela capacidade da junta de freguesia, da câmara e pela obra feita que vem de trás. Se assim fosse, o PSD e o CDS-PP juntos fariam promessas à toa e ganhariam facilmente as eleições.

Metam de uma vez nas vossas cabeças que as oposições não ganham eleições; ganha-as ou perde-as quem está no poder pelo mérito do que fez ou não fez. Enquanto vocês não perceberem isso, terão que continuar a aprender e daqui a 20 anos é que poderão ganhar eleições.

O PS ganha eleições há 17 anos pelas promessas que faz ou ganha-as pelo trabalho feito? Um presidente de um governo, de uma câmara ou de uma junta tem que ter o discernimento e a coragem de inverter o rumo no momento certo porque é o povo que nos avalia.

Os senhores criticam por criticar sem saberem o que dizem. Este Voto de Protesto só serve para chatear e fazer chicana política mas com isto vocês não vão a lado nenhum e o povo é que decide no ato eleitoral.

Em vez de um Voto de Protesto, o que o CDS deveria fazer, se tivesse vontade de trabalhar ao lado das outras pessoas, era apresentar uma alternativa. O PS disse que não ia fazer uma obra, assume a sua responsabilidade e o partido da oposição, em vez de uma proposta em alternativa, apresenta um Voto de Protesto; é por isso que os senhores não chegam a lado nenhum. Já que os senhores não o fizeram, nós é que temos de apresentar uma proposta em alternativa àquela para o bem da Terceira e dos terceirenses.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Não quero acreditar que o senhor deputado António Toste acabou de dizer que não ganha eleições pelas promessas mas pelos votos que compra. Não quero deduzir isso nem entrar nessa discussão, porque não é o âmbito desta matéria.

Lembro o que o senhor deputado Félix Rodrigues disse há um mês na Assembleia: «*Por que razão não se poderia promover as potencialidades turísticas com cruzeiros temáticos e navios de porte mais pequeno que acostariam perfeitamente ao cais da Praia da Vitória, de Ponta Delgada ou da Horta?*»

Onde é que está aqui dito que o CDS-PP quer um cais de cruzeiros na Praia? Com o devido respeito o senhor deputado continua com dificuldades de interpretação dos textos que anda a ler, porque não percebe o que está aqui em discussão e está a dizer que um deputado do CDS-PP há um mês na Assembleia Legislativa Regional disse que queria um cais de cruzeiros na Praia; não é verdade.

Senhores deputados António Toste, João Tavares e demais presidentes de junta: já vos aconteceu terem feito uma grande promessa para as vossas freguesias para depois dizerem às pessoas que não a iam cumprir? Se isso aconteceu, não vos perguntaram porque é que a promessa não fora cumprida? O senhor deputado João Tavares deve estar cansado de explicar às pessoas porque é que as obras de recuperação das intempéries do Porto Judeu estão atrasadas.

O que estamos a pôr em causa é a falta de esclarecimentos. Não se pode dizer que não se faz e se vai substituir por uma rampa *roll-on/roll-off* para assegurar ligações à Calheta de S. Jorge para, 2 dias depois, dada a manifestação de indignação dos terceirenses, o senhor presidente do Governo em Santana dizer que a situação económica mudou; se diz isso tem que mandar calar o seu vice-presidente e responsável pelas finanças que, alguns dias depois, disse que a dívida da região é de zero vírgula não sei quantos zeros até chegar ao não sei o quê do PIB e estamos muito bem.

Não estamos a fazer chicana. Com todo o respeito e amizade que tenho pelo senhor deputado António Toste, não direi que é do MRPP mas a sua argumentação neste debate é que é demagógica e populista. Estamos a protestar pelo facto de ter sido revogada uma grande decisão eleitoral que não foi devidamente justificada às pessoas.

Quando o senhor deputado João Tavares apresentar o Voto de Protesto contra o primeiro-ministro Passos Coelho, contra o vice-primeiro ministro Paulo Portas e contra todos os outros, o CDS-PP votará a favor nesta Assembleia Municipal sem qualquer tipo de complexo mas não deixaremos de lembrar que o país chegou onde chegou à conta de quem governava na altura.

**Sr. d. m. Carlos Ormonde:** – Boa tarde senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais. Acompanhei esta temática do cais de cruzeiros na perspetiva de cidadão pelo que ia surgindo na comunicação social e não procurei informar-me ao detalhe do que ia acontecendo.

Vamos encontrar deste lado da bancada e do lado de lá nos colegas da oposição gente com argumentos a favor e contra. Também tenho a minha opinião e parece-me tratar-se de uma decisão extremamente sensata, tendo em conta a conjuntura atual mas confesso que me sentiria mal ao ver atulhar a baía de Angra num investimento de rentabilidade duvidosa, quando precisamos de investimentos de proximidade de pequena dimensão, seguindo a linha do que me parece que está a acontecer com este executivo camarário, se bem que o investimento nada tem a ver com a Câmara.

No curto prazo, parece-me que o concelho de Angra e a ilha Terceira precisam de investimentos de pequena dimensão, para cativar os pequenos empresários. Deixemo-nos de investimentos megalómanos cujas empresas com capacidade de adjudicação são normalmente grandes grupos económicos, muitas vezes estrangeiros, que acabam por recrutar trabalho fora da ilha enquanto os residentes continuam desempregados.

Acho que a decisão tomada foi de enorme coragem, que me parece não ser definitiva porque quem sabe se não teremos o cais de cruzeiros daqui a 10 ou 20 anos. Não ficaria bem com a minha consciência se não dissesse isto, apesar de estar também dividido com argumentos a favor e contra.

**Sra. d. m. Marília Vargas:** – Faço minhas as palavras do engenheiro Carlos Ormonde. Esta é uma obra do Governo, faz sentido que a discutamos aqui porque faz parte da nossa cidade mas este Voto de Protesto não faz muito sentido e é mais uma razão pela qual vamos votar contra.

*Não havendo mais intervenções e posto à votação o Voto de Protesto constante do Ponto 3.1 foi rejeitado por maioria com 24 votos contra (23 do PS e 1 do d. m. independente) e 13 votos a favor (10 do PSD e 3 do CDS-PP).*

### **3.2 – Voto de Saudação conjunto dos Grupos Municipais do Partido Social Democrata e do CDS-PP ao Sport Clube Angrense pela conquista dos títulos de Campeão da I edição da Liga MEO Açores em futebol sénior e de Campeão Regional dos Açores de Juniores “A”.**

**– Voto de Congratulação apresentado pela Câmara Municipal ao Sport Clube Angrense pela vitória do primeiro Campeonato dos Açores de Futebol (Liga MEO Açores).**

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – O Angrense é uma agremiação desportiva fundada a 1 de dezembro de 1929 com história e histórica da cidade de Angra do Heroísmo. Já recebeu um

conjunto de distinções e medalhas de mérito desportivo, inclusive do município de Angra do Heroísmo e tem um palmarés invejável em termos de troféus nas suas prateleiras da glória.

Com este voto de saudação conjunto, os grupos municipais do CDS-PP e do PSD gostariam de saudar o Angrense em duas vertentes: primeiro, pelo facto de terem vencido com a equipa sénior, sem qualquer tipo de mácula ou dificuldade, a primeira edição da Liga MEO Açores, uma prova que, como todos sabemos, veio substituir a anterior III Divisão Nacional Série Açores de futebol e também pelo facto de a equipa de Juniores “A” ter vencido o campeonato da ilha Terceira, seguidamente o apuramento do campeão dos Açores e por estar a participar numa fase nacional do seu escalão ao nível da II Divisão incluído num grupo da zona norte com algumas equipas de renome nacional.

Saudando a conquista dos Juniores do Angrense, por alcançarem um feito maior e chegaram a uma competição nacional, aproveitaríamos para saudar também todas as conquistas que os demais escalões de formação do clube averbaram este ano, desde as escolinhas até aos juniores.

Salvo uma ou outra honrosa exceção, o Sport Clube Angrense nos escalões de formação venceu praticamente todas as provas da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo em que participou esta temporada.

**Sr. d. m. Rogério Sousa:** – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes deputados. O grupo parlamentar do Partido Socialista vê com bons olhos este Voto de Saudação. Como disse o deputado Pedro Ferreira, esta é uma aposta clara na formação porque os jovens são o futuro e associamo-nos a este voto.

*Não se registaram mais intervenções. Postos à votação, o Voto de Saudação constante do Ponto 3.2 e o Voto de Congratulação apresentado pela Câmara Municipal ao Sport Club Angrense foram aprovados por unanimidade.*

#### **4. – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP**

##### **4.1 – Proposta do Grupo Municipal do CDS-PP no sentido de a Câmara Municipal estabelecer uma parceria com a Universidade dos Açores, visando a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Angra do Heroísmo para os próximos 20 anos.**

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Para terminarmos a nossa agenda, o grupo municipal do CDS-PP apresenta esta proposta de recomendação, porque é fundamental planear e pensar a médio e longo prazo, no sentido de nos comprometermos como agentes políticos, nomeadamente os que têm competências executivas, no que deve ser o futuro das localidades, das nossas comunidades e dos nossos concidadãos.

Quando o planeamento e o pensamento estratégicos são colocados ao serviço da sociedade, permitem comprometer não só os políticos mas também assegurar uma visão de desenvolvimento social e económico integralmente sustentável no futuro.

Já hoje falámos aqui de crise, do apoio às pessoas, de compromissos, de obras e de investimentos. É preciso planear, porque, sem termos que recordar os 150 anos de história que deixámos para trás, um plano de desenvolvimento estratégico e sustentável permite que se evite a ideia de que assumimos o compromisso, está no nosso manifesto, foi distribuído e daqui a 4 anos voltamos a falar.



O pensamento e o planeamento do nosso concelho, da nossa região, do nosso país ou até do espaço comunitário onde nos inserimos é demasiadamente feito e pensado para as próximas eleições e não para as futuras gerações.

Sem querer ser mal interpretado e desejando que não comecem já com os epítetos de populismo, de que possa parecer demagogo e muito menos com evocações a outras forças partidárias de outras memórias, gostaria de fazer uma resenha de um ponto de partida comum porque o Partido Socialista governa a região desde 1996 e a câmara desde 1995.

Vamos ver 2 ou 3 exemplos que talvez possam justificar a pertinência desta proposta e deste planeamento estratégico a médio e longo prazo. Começando pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra, foram compradas casas e terrenos junto ao jardim duque da Terceira e, segundo consta, chegaram a ser feitos projetos para que a obra nascesse ali. A meio do processo alterou-se o circuito, foi-se montar o mamarracho tipo *bunker* onde toda a gente sabe, tem tido os problemas que todos conhecem e está no ponto em que está. Esta foi das primeiras promessas que o PS fez aos terceirenses quando assumiu a governação regional.

Investiu-se na construção de um novo Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, esquecendo-se um investimento na nossa principal e nobre sala de espetáculos e de congressos que deveria ter sido o Teatro Angrense e temos um projeto de um Centro Interpretativo que aparenta avançar onde era para ser a antiga biblioteca.

O CDS-PP congratula-se porque votou a favor e chegou a fazer esta proposta em termos regionais. Recordo que, onde estava prevista a biblioteca e hoje talvez venha a ser um centro de interpretação, o Partido Socialista já quis fazer também uma zona verde em grande, uma das bandeiras da anterior presidente da Câmara, Andreia Cardoso.

Andamos também numa discussão a respeito do mercado duque de Bragança há uma quantidade de anos; ora fazemos ali, ora já não fazemos, tiramos dali, metemos lá carros e vamos fazer no Bailão, afinal já não fazemos e fica no mesmo sítio.

Também já falámos de trânsito aqui hoje; agora pomos a rua a seguir para dentro, amanhã para fora, tira-se e põe-se o sinal, coloca-se o semáforo e afinal já não serve e volta tudo ao princípio. Há um estudo feito que tem lacunas mas aplica-se na mesma, depois já não o podemos aplicar porque resolvemos fazer outras mudanças e por aí fora. Falámos há pouco do cais de cruzeiros, uma grande bandeira, uma grande obra, um enorme investimento com impactos e fundos comunitários assegurados e afinal já não é para ser feito.

Construiu-se um *bunker* no novo hospital da ilha Terceira para termos cá a Radioterapia e tratarmos os doentes dos Açores, para se evitar deslocações para o continente para longe das famílias, agora fica o bunker fechado porque é para ser em S. Miguel mas depois não há entendimento com o parceiro, não se chega a acordo e, infelizmente, os coitados dos doentes andam com a casa às costas para Lisboa ou para outras localidades do continente para fazerem os tratamentos de Radioterapia.

Se quiserem pôr as coisas nestes termos, este é um balanço de um jovem com 30 anos e pai de 2 filhos preocupado com o que será deles nesta terra daqui a 25 anos quando tiverem a minha idade se não houver uma estratégia e um compromisso de todos os agentes políticos, sociais, culturais e económicos, independentemente das propostas e promessas de cada partido, força política ou outros quaisquer intervenientes da sociedade civil.

Assumo que esta proposta tem o meu cunho pessoal e sugere um estudo preliminar que seja posto à discussão pública, auscultado pelos parceiros sociais e económicos porque me preocupo com a minha, com a geração da maioria dos que aqui estão e o que será da geração dos nossos filhos daqui a 20 ou 25 anos no nosso concelho, na ilha ou nos Açores.

Nascemos aqui, gostamos da nossa terra, queremos trabalhar e estudar aqui mas infelizmente somos cada vez mais confrontados com a necessidade de sair. Quanto a mim, tudo isto é triste e muito pouco porque temos o dever de deixar aos próximos, algo melhor do que encontrámos, deixado pelas gerações anteriores.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – O grupo municipal do PSD associou-se a esta proposta porque começa a ser evidente que o concelho de Angra e a ilha Terceira há muito foram abandonados pelo poder político regional.

Angra desapareceu do discurso do Governo e quando se fala dela é para se dizer sistematicamente que não se vai fazer ou não vai acontecer. É para dizer que, afinal, já não vai haver Radioterapia, para informar que não é desta que se vai construir o parque tecnológico, não se vai construir aqui a fábrica de isótopos, para se anunciar que já não se constrói o cais de cruzeiros e poderíamos continuar com este rol de anúncios porque a situação é complexa.

Se perguntasse a algum dos presentes qual o eixo estratégico de desenvolvimento para o concelho, tenho dúvidas que me conseguissem responder. Precisamos definir se queremos um desenvolvimento baseado nos serviços, no comércio, nos transportes ou no turismo.

É verdade que a Câmara não pode nem deve fazer tudo, tem que deixar espaço aos munícipes e às empresas para participarem e promoverem o desenvolvimento de Angra mas deve ajudar a estabelecer de forma clara e perseverante uma direção que permita definir o próprio investimento da autarquia, dos seus cidadãos e das empresas de forma racional e estratégica.

Não podemos continuar uma política de «hoje é branco, amanhã preto», se bem que seja recomendável que cada presidente de Câmara imprima o seu cunho de governação. Devemos ter uma lógica que leve o município num rumo consistente, o que parece não ter acontecido nos últimos anos.

Achamos que é necessário estudar as diferentes opções de desenvolvimento, compará-las com escolhas realizadas noutros locais, porque não precisamos de estar a tentar inventar a roda e sinalizar de forma ativa e clara aos cidadãos e aos agentes económicos o rumo de desenvolvimento pretendido.

A criação de um plano estratégico a médio e longo prazo para o concelho tornar-se-ia numa ferramenta económica, social e política de sinalização aos cidadãos e empresas, bem como ao Governo Regional daquilo que os angrenses pretendem para o seu concelho.

**Sr. d. m. António Toste:** – Aproveito para dizer ao senhor deputado Pedro Ferreira que, quando eu disse que quem governa é que ganha eleições pelo trabalho feito, não significa a compra de votos. Pouco, muito, bem ou mal, penso que todos os senhores presidentes de junta que aqui estão, assim como eu, temos orgulho do trabalho que fazemos pelas nossas freguesias, assim como as câmaras ou os governos e isso não significa que se ande a comprar votos; significa trabalhar em prol de uma causa e das pessoas e ninguém compra votos a ninguém.

*(Comentários impercetíveis na sala).*

**Sr. presidente da Mesa:** – Senhor deputado, dê-me um segundo por favor. Se alguém tem sido tolerante com as intervenções, esse alguém sou eu e não vejo razão nenhuma para que se chame a atenção do senhor deputado pelo que ele está a dizer porque poderia ter utilizado outro subterfúgio regimental para a defesa da honra. O senhor deputado está a esclarecer uma questão de forma pacífica e ordeira e não vejo razão para protestos. Faça favor de continuar, senhor deputado.

**Sr. d. m. António Toste:** – Obrigado, senhor presidente. O senhor deputado Pedro Ferreira aproveitou para falar outra vez das obras feitas e das que não foram feitas. Podemos fazer uma

obra considerada importante hoje que pode deixar de o ser daqui a 10 anos. Na altura, o Centro Cultural e de Congressos foi uma obra de grande importância e hoje pode não o ser assim tanto. É fácil de questionar 10 anos depois mas na altura as coisas eram diferentes e por vezes as pessoas são criticadas injustamente.

Infelizmente, o órgão deliberativo às vezes fala muito, diz pouco e devia acertar mais mas o órgão executivo pensa sempre no melhor que há a fazer. O que fazemos hoje de bom pode não ser considerado tão bom daqui a 10 anos, muito menos daqui a 20 como é aqui proposto. Quanto ao trânsito que o senhor referiu, é natural que hoje uma rua deva seguir num sentido e amanhã no outro de acordo com o que se justificar no momento.

O senhor quer que a universidade dos Açores estude uma estratégia para o concelho de Angra para daqui a 20 anos? O que é válido hoje pode não o ser amanhã, muito menos daqui a 20 anos! Difícil é prever hoje para daqui a 10, 15 ou 20 anos; dizer depois que está mal feito é muito fácil e até o meu rapaz que anda na 4ª classe o pode fazer. O senhor e a maior parte dos seus colegas nunca estiveram do lado dos que têm que executar e, se calhar, é-lhes difícil perceber isso.

Podemos tomar uma decisão hoje que talvez se venha a revelar num grande erro porque nem tudo acaba por bater certo como foi o caso da educação quando se pensou no aumento das escolas e depois a população diminuiu e temos menos crianças; no momento pensou-se que seria correto mas a situação inverteu-se.

**Sr. d. m. Rogério Sousa:** – O Partido Socialista entende votar contra esta proposta porque o período definido é demasiado longo. Nestes últimos tempos temos aprendido que, o que planeamos poderá não ser praticável para um horizonte de 5 anos, quanto mais para 20.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Digo ao senhor deputado António Toste que nunca tive funções executivas na política mas há muita gente nesta bancada que, apesar de nunca ter sido presidente de junta, presidente de câmara ou presidente da república, toma decisões, planeia e executa nos seus trabalhos diariamente.

**Sr. d. m. António Toste:** – É feita de ovos ou quê? Pela sua rica saúde! Isso é incomparável.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Acho extraordinário que o senhor diga que a função de presidente de junta é incomparável às funções de outros; com isso o senhor está a diminuir o trabalho das outras pessoas.

O senhor deu a sua opinião, eu estou a dar a minha e não sou feita de ovos, senhor deputado; acho é que as pessoas devem saber ouvir para se fazerem ouvir e peço que o senhor me ouça com o mesmo respeito com que o ouço. Se não concorda, pede a palavra ao senhor presidente para a defesa da honra para poder falar as vezes que entender se achar que o estou a ofender de alguma forma.

Apesar de não ser presidente de junta, vereadora ou presidente de câmara, nem nunca o ter sido, tomo decisões nas minhas funções diárias, tenho pessoas a meu cargo, tenho de planear e executar e objetivos para cumprir. Assim como o senhor, nós temos funções a cumprir no nosso dia-a-dia e não estou a dizer que o meu trabalho é melhor que o seu ou vice-versa.

O senhor não diga que sou feita de ovos; apenas acho que devemos dignificar esta casa, ouvir-nos e respeitar-nos mutuamente e acho que o senhor tem a mania de mandar bocas, falar para o lado e fazer apartes o que em nada dignifica esta Assembleia.

**Sr. d. m. António Toste:** – Faço apartes quando tenho que os fazer e não ofendo ninguém.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Algum dia eu disse que o senhor ofendia alguém? O facto de o senhor deputado António Toste ser presidente de junta não o faz melhor nem pior do que ninguém nesta casa.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Acho importante esclarecer algumas questões que se tornaram um pouco confusas e incendiadas pelas intervenções do senhor António Toste. O senhor não é mais nem menos; o senhor é o que é, um presidente de junta, e as coisas, em termos de município, organizam-se a várias dimensões. As juntas são claramente executivas, o senhor é um executivo e não há dúvidas de que o faz muito bem mas existe o município que não vê apenas a sua freguesia e pensa o concelho como um todo.

O senhor considera uma loucura, um plano estratégico a 20 anos para o concelho porque as coisas estão sempre a mudar. Lembro que o presidente desta Câmara gosta muito de usar os exemplos do norte da Europa e da Alemanha. Há vários países no norte da Europa que têm planos estratégicos para 20, 30 ou 40 anos com o que se pretende estruturalmente para aquele concelho e cada presidente de Câmara coloca o seu cunho de governação e faz cumprir aqueles objetivos gerais para o desenvolvimento harmonioso do concelho.

O senhor deputado Pedro Ferreira, autor desta proposta que é apoiada por todos nós, pensou que, sendo o professor José Gabriel Álamo de Meneses, uma pessoa que gosta de pensar mais global, poderia até ficar com o ónus do presidente de câmara que fez um plano estratégico por ser um homem que gosta de deixar heranças de 20 e 30 anos e poderia estar aberto a este desafio porque nenhum concelho se desenvolve de forma harmoniosa e sustentável com medidas *ad hoc*. Esta manhã foi dito que era tipicamente português mas prefiro dizer que é tipicamente socialista sem querer levantar mais celeumas.

Já agora, pensei que tinha percebido mal mas o senhor deputado António Toste voltou a dizer que nos Açores a oposição não consegue ganhar eleições porque quem lá está é que faz obra. Como estou à vontade porque o CDS-PP nunca mandou na Ribeirinha, pergunto-lhe: durante todos os anos em que o PSD mandou na sua freguesia, foi porque o PS não tinha capacidade para fazer coisíssima nenhuma?

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Queria deixar um esclarecimento porque reparei na preocupação do senhor deputado António Toste. Um plano estratégico a médio ou longo prazo, nomeadamente a 15 ou 20 anos não refere se a pedra da calçada vai estar colocada aqui ou ali ou se a porta de tal sítio tem que ser mudada.

Este tipo de plano tem sido usado com grande sucesso em muitas cidades, regiões e até países. Se procurar no Google verá que os países mais bem-sucedidos souberam traçar um rumo para o seu desenvolvimento. Quando falamos de um plano a 20 anos, poderá ser a 15, 16 ou 18 porque, o que é importante é traçar um rumo para o concelho e definir se o seu eixo de desenvolvimento se deverá concentrar no turismo, no comércio ou num misto de ambos que permita aos munícipes e aos agentes económicos tomarem decisões ou investirem de forma racional e mais eficiente.

Um plano estratégico deve estudar as potencialidades e fragilidades dos seus mais diretos concorrentes e traçar um rumo. Se esse rumo for o turismo não é de um dia para o outro que se constroem os hotéis ou as infraestruturas de apoio. Um plano estratégico traça apenas um rumo e não tenciona mudar as pedras da calçada porque não sabemos se alguém lá vai tropeçar daqui a 10 anos.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – No meio de toda esta discussão comecei a notar uma certa relutância dos ilustres colegas do Partido Socialista, alguns com formação que lhes facilitasse a compreensão da proposta porque houve uma certa renitência em abraçar a ideia de um plano estratégico.

Para aqueles que têm uma visão imediatista da administração, porque o seu nível de decisão é relativamente modesto em relação à área geográfica abrangida, (e falo especificamente dos presidentes de junta), pode colher o raciocínio de que, o que é válido para agora, de nada poderá servir daqui a 10 anos mas, quem tem níveis intermédios de decisão superiores como é

o caso de uma câmara ou de uma direção regional que gere milhões e administra uma região, quando se faz um plano estratégico tem que se ter em conta os investimentos que se vão realizar.

Falou aqui das escolas. Não se pode dizer que se vai construir uma escola num determinado local e esperar que a situação se altere daqui a 10 anos; isso não é assim. Uma escola tem que ser construída para 50 anos porque não andamos aqui a brincar com o dinheiro dos contribuintes.

Como presidente de junta, o meu amigo não pode vir aqui defender a tese de que vamos gastar dinheiro numa grande infraestrutura, daqui a 10 anos há de se ver e se for preciso faz-se outra coisa qualquer. Há infraestruturas que têm que ser pensadas e há instrumentos adequados para se tomar decisões como, por exemplo, os levantamentos demográficos.

Não há razão nenhuma que justifique o surto construtivo que houve na região nos últimos anos e mais tarde alguém julgará e perguntará: «Porque é que vocês investiram todos estes milhões, se já sabiam que as projeções demográficas eram estas? Se foi por razões eleitorais agora não se queixem.»

Cuidado com estas questões porque os planos estratégicos disciplinam, sistematizam, organizam e evitam a tentação das decisões imediatistas de se construir autoestradas a mais, de promessas eleitorais do PSD e do PS porque são todos primos, filhos de irmãos.

Convenhamos que a desgraça que o nosso país é neste momento é o fruto destes dois primos, filhos de irmãos, que guerreiam muito uns com os outros mas são todos culpados, cada um na percentagem devida, da asneirada coletiva que tem vindo a ser feita no país e da população que a suporta, até gosta e bate palmas; cuidado com isso! Quem tem os líderes que tem não se pode queixar!

**Sr. d. m. Carlos Ormonde:** – Quando vi esta proposta confesso que fiquei equivocado porque pensei que estávamos a falar de um plano estratégico para o desenvolvimento sustentável da universidade dos Açores, tendo em conta as dificuldades provocadas pela crise económica.

Sou formado naquela universidade, isto não tem qualquer intenção depreciativa, mas tenho a sensação de que o nosso polo de Angra tem perdido gás. Penso que um plano estratégico que perspetiva um longo prazo deve envolver mais entidades além da universidade dos Açores, com o devido respeito pelas pessoas desta sala que, direta ou indiretamente lhe estão associadas.

Foram mencionadas aqui várias áreas de atuação como o turismo, a agricultura, o comércio, etc. Uma iniciativa destas teria que ser concertada com muitas outras entidades, o Conselho de Ilha tenta congrega um pouco todas essas sensibilidades e vertentes e julgo que um documento nessa linha deve ter uma base de sustentação mais alargada.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Sei que estamos todos inquietos para irmos embora mas gostaria de deixar claro que gosto da política porque se não gostasse não estaria cá e não gosto de *faits divers* ou de exaltações como as que tivemos aqui hoje mas sei que por vezes acontecem.

Entendo que a política é uma atividade nobre para servir as pessoas e esta proposta, entre outras que surgirão ao longo do mandato, era um pequeno contributo que eu e o CDS-PP gostaríamos de deixar porque, apesar de gostarmos da política, estamos todos um bocado fartos desta política de A, B, C ou D como disse e muito bem o professor Manuel Conde.

Esta política de trocarmos pontos de vista é engraçada mas a política de deixarmos de pensar nos outros, só porque estamos interessados em trocar pontos de vista para *show off*, já não me agrada.

Gostaria que nós, enquanto poder de um nível executivo intermédio e órgão deliberativo do segundo maior concelho dos Açores, começássemos a pôr de parte alguns destes *faits divers* e pensássemos melhor daqui para a frente, com o devido respeito pelos programas e manifestos eleitorais do CDS-PP, do PSD, do PS ou seja de quem for. Temos que decidir o que queremos ser, para onde queremos ir e o que queremos deixar aos nossos filhos e netos.

Em vez de patrocinarmos e promovermos as gerações rasca ou à rasca e os “partidozinhos” de todas as espécies e feitios que vão surgindo por divergências, por isto e por aquilo, temos que dar o exemplo à sociedade de dentro para fora, dar o «grito do Ipiranga» e dizer: basta!

Estamos aqui hoje e daqui a 4 anos podemos não estar mas vamos continuar lá fora com os nossos filhos e netos. O que queremos disto daqui a 20, 40 ou 50 anos? Que história e património queremos deixar? É este o meu desespero neste momento.

Como todos vós, gosto muito da política mas estou cansado desta politicazinha de 4 anos e pouco mais; fazem-se os edifícios, aproveitam-se os fundos comunitários e diz-se às pessoas que não há problema porque vêm de Bruxelas mas estes fundos também são parte dos nossos impostos. Fazer é fácil; e manter? Avaria a lâmpada do projetor, não se compra mais, fica o projetor da escola sem funcionar, não se pinta porque não há dinheiro, etc. Isto é tudo muito bonito e serve para muitas coisas na política mas não serve para assegurar o nosso futuro e o dos que vêm atrás.

Gostaria de deixar este contributo pessoal. Se esta proposta não servir para mais nada, ao menos que sirva para refletirmos no que queremos daqui para a frente, quando sairmos daqui a caminho de casa. Tudo isto me preocupa enquanto jovem de 30 anos que ama a sua terra, é pai de 2 crianças e quer que elas vivam aqui.

Apesar de todo o entusiasmo, toda a excitação e do gozo que a política nos possa dar sob o ponto de vista da discussão, é fundamental que passemos ao patamar acima, discutamos os pontos de vista, troquemos opiniões mas pensemos todos juntos que devemos deixar aos outros algo pelo menos um pouco melhor do que recebemos.

*Não se registaram mais intervenções. Posta a votação, a **Proposta constante do Ponto 4.1 foi rejeitada por maioria**, com 22 votos contra do PS, 1 abstenção do PS e 14 votos a favor (11 do PSD e 3 do CDS-PP).*

**Sr. presidente da Mesa:** – Como sabem, a sessão de junho é habitualmente realizada numa freguesia rural do concelho e são excluídas do sorteio as freguesias onde já se realizaram sessões da Assembleia Municipal.

*Ficou determinado por sorteio que a 3ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de junho se realize na freguesia do Posto Santo, ficando, em alternativa, a freguesia da Feteira.*

**Sr. d. m. António Toledo Alves** (presidente da junta de freguesia do Posto Santo): – Fico feliz por ter calhado à freguesia do Posto Santo a realização da sessão de junho da Assembleia Municipal, informo já que serão todos bem-vindos e o presidente da junta estará preparado para vos receber.

Antes de passar à leitura da minuta e se o senhor presidente me permite, gostaria de deixar aqui uma saudação especial aos 40 anos do poder local democrático e ao 25 de abril, dando vivas aos 40 anos de um Portugal democrático.

*O senhor deputado municipal António Toledo Alves, na qualidade de 2.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.*

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Pedi a palavra para a intervenção final da praxe e registar que, infelizmente e mais uma vez, o serviço público de radio e televisão dos Açores não nos quis brindar com a sua presença em mais uma sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, infelizmente «acompanhado» de outros órgãos de comunicação social, o que começa a ser prática.

Percebemos os tempos atuais de dificuldade e de crise mas, para que não reste qualquer dúvida, gostaria de o interpelar, senhor presidente, para saber se há da sua parte alguma informação a estes órgãos de comunicação relativa à realização da reunião. Penso que haverá uma publicação no jornal mas começa a ser demasiada, nestas reuniões, a ausência dos órgãos de comunicação social, em particular os que devem prestar o serviço público e que habitualmente estão presentes nas sessões da Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

**Sr. presidente da Mesa:** – Informo o senhor deputado que, além da ordem de trabalhos ser transcrita num órgão de comunicação social que, por vezes, está presente e hoje não apareceu, todas as juntas de freguesia e a própria Câmara Municipal publicam essa mesma ordem de trabalhos.

Gostaria de desejar um bom feriado de 25 de abril às senhoras e senhores deputados, ao senhor presidente da Câmara e à sua vereação e lembrar que, sem esse dia, não seria possível estarmos aqui reunidos a discutir como discutimos hoje, trocando opiniões diferentes e respeitando-nos uns aos outros.

Permitam-me que termine esta sessão citando o poeta que dizia: «E mais do que isto, foi Jesus Cristo que não sabia nada de finanças e não consta que tivesse biblioteca.» Boa tarde, bom fim de semana, bom feriado e até à próxima sessão.

*Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas 17Horas do dia 24 de abril de 2014, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.*

**O Presidente da Mesa**

**O 1º Secretário**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues Barros**

---

**António Toledo Alves**